

UFRB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO
***LATO SENSU* EM CIDADANIA E AMBIENTES CULTURAIS**
TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

FEIRA LIVRE, MERCADO MUNICIPAL E AS TRANSFORMAÇÕES DO
CENTRO HISTÓRICO DE SANTO AMARO/BA

MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DIAS

SANTO AMARO - BAHIA

Dezembro de 2019

MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DIAS¹

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pós-Graduação *Latu Senso* em Cidadania e Ambientes Culturais, do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaís Fernanda Salves de Brito².

SANTO AMARO - BAHIA

Dezembro de 2019

¹ Arquiteto e Urbanista, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

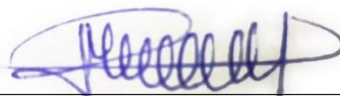
² Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP/SP, Brasil).

MARCUS VINICIUS DOS SANTOS DIAS


Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Pós-Graduação *Latu Senso* em Cidadania e Ambientes Culturais, do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



Prof.^a Dr.^a Thaís Fernanda Salves de Brito
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(Orientadora)



Prof. Dr. Juan Pedro Moreno
Universidade Federal da Bahia
(Membro Avaliador – Externo)



Prof. Dr. Shanti Nitya Marengo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(Membro Avaliador)

SANTO AMARO

05 de Dezembro de 2019

RESUMO: O Centro Histórico é um importante bairro da cidade de Santo Amaro, localizada na região do Recôncavo da Bahia, cuja origem remonta aos séculos XVIII e XIX. Este bairro possui, dentre as suas características, uma Feira Livre, um Mercado Municipal e um conjunto arquitetônico desfigurado. A partir de pesquisas em periódicos raros do século XIX e do início do século XX, das cidades de Santo Amaro e de Salvador, e da análise do inventário dos bens arquitetônicos de Santo Amaro elaborado pelo IPAC/BA em 1976, comparando-o com o cenário atual do Centro Histórico, estabelecemos dois momentos para a presente investigação: no primeiro momento, descobrimos a existência de um antigo Celeiro Público, bem como desvendamos a história do Mercado Municipal e do surgimento da Feira Livre que ocorre às margens do Rio Subaé. Num segundo momento, tendo a Feira e o Mercado como guias, propomos uma reflexão acerca do conjunto arquitetônico do Centro Histórico, donde se depreendem questões relativas à valorização do patrimônio urbano, considerando a tensa relação entre a sua preservação, o descaso e a destruição. Vale destacar que o nosso olhar para a questão da preservação do patrimônio foi ampliado pelos usos destes espaços pela população santamarense e pelos seus visitantes, que ali engendram uma série de relações socioeconômicas e culturais. Em função destas peculiaridades, esta pesquisa foi fomentada por referenciais teóricos baseados em áreas distintas do saber, como a arquitetura, o urbanismo, a antropologia e a sociologia. A abordagem metodológica foi qualitativa e teve como base informações a respeito da cidade, do fenômeno da Feira Livre e da formação do Centro Histórico em seus processos de construção espacial e organizacional.

Palavras-chave: Patrimônio; Feira Livre; Centro Histórico; Arquitetura; Ambientes Culturais.

SUMMARY: The Historical Center is an important neighborhood in the city of Santo Amaro, located in the region of Recôncavo da Bahia, whose origin dates back to the 18th and 19th centuries. This neighborhood has, among its characteristics, a Free Market, a Municipal Market and a disfigured architectural complex. Based on researches in rare 19th and early 20th century periodicals from the cities of Santo Amaro and Salvador, and the analysis of the inventory of Santo Amaro's architectural assets prepared by IPAC/BA in 1976, comparing it with the current scenario of the Historical Center, we established two moments for the present investigation: in the first moment, we discovered the existence of an old Public Barn, as well as the history of the Municipal Market and the emergence of the Free Fair that occurs on the banks of the Subaé River. In the second moment, having the Fair and the Market as guides, we propose a reflection about the architectural complex of the Historical Center, from which we can deduce questions related to the valorization of the urban patrimony, considering the tense relation between its preservation, neglect and destruction. It is worth mentioning that our view of the issue of heritage preservation has been broadened by the use of these spaces by the Santamaran population and its visitors, who engender a series of socioeconomic and cultural relations there. As a result of these peculiarities, this research was fostered by theoretical references based on different areas of knowledge, such as architecture, urbanism, anthropology and sociology. The methodological approach was qualitative and was based on information about the city, the Free Fair phenomenon and the formation of the Historical Center in its spatial and organizational construction processes.

Keywords: Heritage; Free Fair; Historical Center; Architecture; Cultural Environments.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. A atividade comercial como base do surgimento da cidade de Santo Amaro.....	9
2.1 A Casa de Câmara e o Celeiro Público.....	11
2.2 O Mercado Municipal – do Celeiro, na Câmara, à margem do Rio Subaé.....	16
3. O Centro Histórico.....	21
3.1 Inspirações teóricas: cidade e memória	25
3.2 Uma cidade em mutação.....	27
4. A Feira Livre e suas relações sociais.....	39
5. Considerações finais.....	44
Referências Bibliográficas.....	46
Lista de Abreviatutas.....	48
Periódicos raros consultados – cidade de origem (locais de consulta)	48

1. Introdução

Santo Amaro tem na atividade comercial um aspecto intrínseco ao seu surgimento. Seja através da empresa do engenho de açúcar, desde a primitiva colonização portuguesa, ou como entreposto comercial do açúcar, da farinha e de outros itens necessários à dieta da população baiana. Isto não significa que tais características tenham feito da cidade um grande centro do passado ou da atualidade, mas foi, e tem sido, uma mola propulsora do seu desenvolvimento, em alguns momentos com maior elasticidade, em outros, não.

Destarte, no seu Centro Histórico, em torno do Mercado Municipal e às margens do Rio Subaé, desenvolveu-se uma Feira Livre que sempre manteve importante relação com aquele bairro, contribuindo para dar-lhe dinâmica e vida urbana intensas. Através de pesquisas em periódicos raros³ das cidades de Santo Amaro e de Salvador, conseguimos resgatar a história do surgimento do Mercado Municipal e da Feira Livre.

A Feira Livre esteve presente nas cidades brasileiras desde a Colônia, como forma de abastecimento das populações urbanas ou como base de renda das populações rurais, em especial dos escravos negros que construíram relações de trabalho diferenciadas com os senhores de engenhos do Recôncavo Baiano, conforme nos mostra Fraga Filho:

Frequentar as feiras locais dava aos escravos roceiros a oportunidade de ter acesso a dinheiro e a bens que não eram produzidos nos engenhos. Nas feiras, os cativos estabeleciam relações com escravos e libertos de engenhos vizinhos, criavam redes de amizade e comércio com gente da cidade e com marinheiros dos portos que transportavam os produtos das roças para o mercado urbano. Essas relações poderiam ser acionadas no momento em que decidissem fugir do domínio dos senhores, para questionar a legitimidade de sua escravidão.⁴

Tal registro é significativo porque revela a construção das relações sociais dos escravos, perpassando pela convivência nos meios rural e urbano. Mas também, porque foram (e continuam sendo) os seus descendentes e das suas gerações seguintes, aqueles que preenchem e intervêm nos espaços urbanos como feirantes, consumidores, residentes ou simplesmente enquanto cidadãos. Esta influência se rebate no processo de desfiguração do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Santo Amaro, tema de estudo deste trabalho.

Ao longo das últimas quatro décadas, a despeito das políticas oficiais de proteção e de valorização do patrimônio urbano construído, o conjunto arquitetônico do Centro Histórico sofreu profundas mudanças que afetaram a sua feição, devido aos efeitos da urbanização e do aumento do ritmo da construção civil que tem início nos anos de 1970,

³ A grafia foi transcrita conforme se lê nos originais.

⁴ FRAGA FILHO, 2006, p. 43.

devido a fatores intra e extramunicipais. À medida que tais processos avançaram, a Feira Livre tomou fôlego, cresceu e ganhou importância na economia santamarense, influenciando definitivamente o cotidiano do Centro Histórico.

Nossa compreensão da cidade tem como esteio a obra do arquiteto italiano, Aldo Rossi, “A Arquitetura da Cidade”⁵. Nela, a urbe é vista como uma obra de arquitetura constituída ao longo do tempo, onde os fatos urbanos são elementos que a estruturam como camadas, permitindo a sua análise. Daí resulta a necessidade da definição de uma área-estudo (aqui, o Centro Histórico), entendida como parte constituinte da própria cidade, trazendo implicações políticas, sociais e econômicas na sua formação. A Casa de Câmara surge, então, como um daqueles “elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade”⁶, um monumento que carrega consigo um histórico de funções e de particularidades que lhe foram atribuídas ao longo do tempo. Tão grande a sua importância, trataremos sobre a Casa de Câmara em capítulo específico.

O Centro Histórico, possivelmente por conta da Feira Livre, da concentração de serviços e de atividades tanto comerciais quanto institucionais, é uma área com uma regular confluência de pessoas. Este ir e vir constante, nos remete à obra “A Invenção do Cotidiano”⁷, do filósofo Michel De Certeau, outro importante referencial teórico deste trabalho. O autor vê a cidade como um texto e o ato de caminhar como o ato da palavra, semelhante a um processo de construção (e desconstrução) do espaço urbano, onde as motricidades dos pedestres (um ser móvel, ora concentrado, ora rarefeito, em constante movimentação) engendram processos do dia a dia, conotando espécies de operações linguísticas com as suas metáforas e demais figuras de linguagem.

O ato de caminhar nas cidades, tendo Centro e Feira como pano de fundo, nos remete também ao conceito de urbanidade proposto por Frederico de Holanda⁸, expresso como aquilo que qualifica a vida urbana, com intensa participação do cidadão na promoção do convívio social, bem como a ordenação de padrões espaciais arquitetônicos e urbanísticos contínuos, densos e com a mistura de funções neles exercidas.

A Feira, o Mercado e o Centro Histórico têm exercido papéis singulares na vida urbana de Santo Amaro. Não visamos aqui esgotar as particularidades de cada um destes espaços, mas interessa-nos apontar seus processos históricos de formação e suas características atuais, de maneira que nos permita compreender melhor o funcionamento

⁵ROSSI, 1995.

⁶ *Ibid*, p. 116.

⁷DE CERTEAU, 1998.

⁸ HOLANDA, 2002.

deles e que este trabalho possa vir a contribuir para a valorização, tanto daqueles lugares, quanto das relações humanas neles construídas.

2. A atividade comercial como base do surgimento da cidade de Santo Amaro ⁹

Pedro Thomás Pedreira é o historiador que mais precisamente reuniu dados sobre a formação primitiva da cidade de Santo Amaro, abordando fatos que vão desde a fundação do Engenho Real de Seregipe, em 1563, na margem do Rio Seregipe, por Mem de Sá, o 3º Governador Geral do Brasil¹⁰. O autor se vale de várias correspondências entre religiosos, oficiais do governo da Colônia e a Coroa de Portugal, para explicar o surgimento do curato e, em seguida, da freguesia em pleno domínio daquele primeiro engenho que, desde 1591, já contava com uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Purificação.

Esta forma de ocupação do território, o engenho como ponta de lança e empresa da colonização, foi algo comum no século XVI. O arquiteto Nestor Goulart Reis, ao refletir sobre o sistema urbano colonial e sua relação com a economia da cana, mostra que aquelas “unidades agroindustriais, eram quase autossuficientes, impedindo o desenvolvimento de uma economia urbana”. Assim, as “propriedades rurais não trocavam nem beneficiavam seus produtos nas vilas e cidades”¹¹, exportando sua produção para o mercado europeu.

Foi em torno da capela do engenho de Seregipe do Conde que a freguesia surgiu. Mas em 1678, a capela encontrava-se arruinada e, tornando-se o lugar malquisto, os jesuítas solicitaram à administração colonial permissão para a mudança de local da freguesia e construção de uma nova capela. De início, instalaram-se nas vizinhanças da capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, às margens do Rio Traripe, no engenho do Rosário, pertencente aos jesuítas. As ruínas desta capela, encontram-se próximas ao bairro Pilar, na entrada da cidade. Dali, a freguesia de Nossa Senhora da Purificação se mudou para as proximidades da capela, construída em 1667 pelos beneditinos em homenagem ao Santo Amaro. Foi

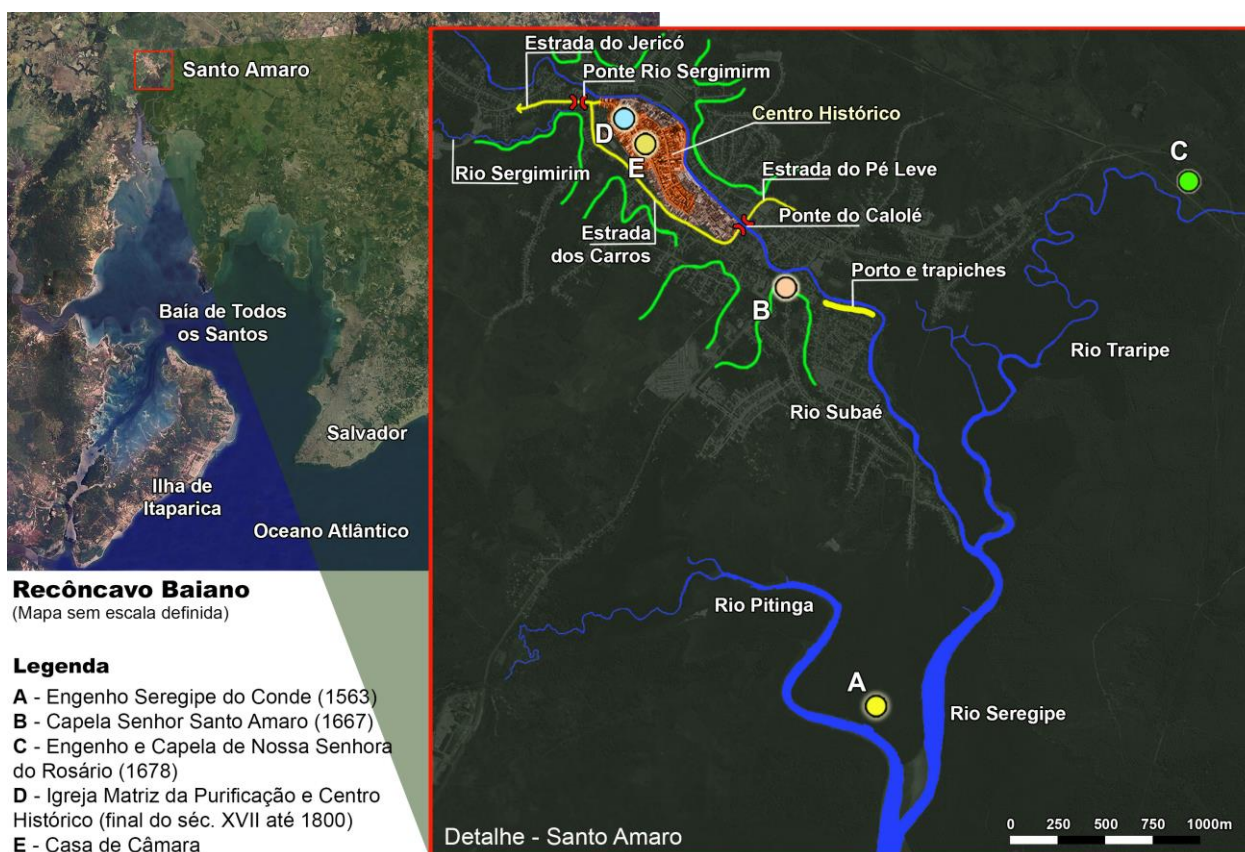
⁹ Informações contidas neste e no próximo capítulo, no que se refere à história do Mercado Municipal de Santo Amaro, tiveram origem na pesquisa realizada pelo autor, como pesquisador voluntário, para a elaboração do Dossiê de Instrução Registro Bembé do Mercado, publicado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN - autarquia federal, criada em 13 de janeiro de 1937, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro).

¹⁰ Com a morte de Mem de Sá, seus bens passam a seu filho Francisco de Sá. Após sua morte, herda-os a sua irmã, Felipa de Sá, que contrai matrimônio com D. Fernando de Noronha, o Conde de Linhares, motivo pelo qual o engenho passa a ser conhecido como engenho de Seregipe do Conde. Esta referência chegou até nós pelo Porto do Conde, ponto de ligação de transporte fluvial regular entre as cidades de Santo Amaro e de Salvador, entre o século XIX e meados do século XX. Sua estrutura, em ruínas, chegou até nós, localizando-se ao Sul do bairro da Caeira, ponto “A” do Mapa 01.

¹¹ REIS, 2000, p. 30.

apenas no final do século XVII que a freguesia se instalou na Praça da Purificação. A Igreja Matriz foi inaugurada em 1700, incompleta. Em 05 de janeiro de 1727, foi instalada a Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro¹².

Diante de tais informações, vê-se que somente a partir do último quarto do século XVII que a freguesia ganhou contornos de uma comunidade urbana, abandonando aquela ideia do engenho como uma célula de ocupação territorial. Há escassez de registros da vila de Santo Amaro no século XVIII, ou a respeito de como naquele período se desenvolveram as atividades comerciais. Não há registros cartográficos ou dos Livros de Atas da Câmara daquela época. Um relatório do Vigário José Nogueira de Silva, feito em 1757, dava uma população de 6.429 “almas” à vila e que ela havia crescido “pelas grandes conveniências que nesse sitio tinham os seus moradores [...]”, reforçando a função de entreposto comercial do Recôncavo, pois muitos engenhos “[...] conduzem os seus efeitos para o dito sítio por ser o porto de mar mais conveniente com Trapiche para receber as caixas e com muita embarcações, que no rio navegavam e navegam”¹³.



Mapa 1: Morfologia Urbana – Cidade de Santo Amaro (1563-1800). Fonte: Próprio autor.

¹² PEDREIRA, 1977.

¹³ SILVA, 1937, p. 397.

O Mapa 1 é fruto de nossas interpretações acerca das informações textuais sobre a Vila de Santo Amaro até o final do século XVIII. Implantou-se a vila numa planície cercada por morros, situada na margem direita do Rio Subaé que, juntamente com a antiga Estrada dos Carros (atualmente, Avenida Ferreira Bandeira), balizaram o traçado urbano. Sobre os rios Subaé e Sergimirim – este, afluente do primeiro – havia duas pontes que funcionavam como portão de acesso da vila: a ponte do Calolé (ou Moringa, na Praça 14 de junho) ligava-se à Estrada do “Pé Leve”, que ia em direção aos sertões e à província do Maranhão; e a ponte sobre o Rio Sergimirim, que conduzia à Estrada do Jericó. Descendo o rio Subaé, onde hoje é o bairro Trapiche de Baixo, estavam o porto e o trapiche. O Mapa 2 mostra a situação do município de Santo Amaro no estado da Bahia.



Mapa 2: Município de Santo Amaro - Bahia. Fonte: Próprio autor.

2.1 A Casa de Câmara e o Celeiro Público

Até a segunda metade do século XVII, as construções militares foram importantes à defesa do território brasileiro, consumindo grandes somas da Coroa de Portugal. Porém, com a estabilização da Colônia e o afastamento dos perigos de agressão, a metrópole passou a investir em obras monumentais, com destaque para as casas de Câmara e palácios de governo, substituindo nos principais centros os edifícios primitivos. A Casa de Câmara de

Salvador, por exemplo, construção de 1549, foi reconstruída em 1660 e teve adicionada a sua torre em 1698, ganhando as feições atuais.

Em 1730 foi iniciada a construção da Casa de Câmara da Vila de Santo Amaro, concluída em 1769. Com dois pavimentos e uma praça à sua frente, a fachada frontal conta com torre central em destaque e duas alas simétricas com arcadas no térreo, seguindo a mesma tipologia arquitetônica da Câmara de Salvador. São dessas arcadas que vem a referência à antiga Feira dos Arcos¹⁴. Ainda no térreo, em ambas funcionou a Cadeia Pública; no pavimento superior, eram exercidas as funções administrativas. Em Santo Amaro, o térreo também serviu como alojamento de tropas e praça comercial. Ambas têm como traço singular o fato de definirem uma quadra. No caso de Santo Amaro, um quadrado; no de Salvador, um polígono irregular.



Fig. 1: Casa de Câmara de Santo Amaro, à esquerda (Acesso no site <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/ba32548.jpg>).

Fig. 2: Casa de Câmara de Salvador, à direita (Acessado no site <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/ba32361.jpg>).

A Casa de Câmara de Santo Amaro extrapola a sua função administrativa, ou a sua qualidade artística, enquanto um monumento de grande valor da arquitetura colonial. Seu significado como estrutura de poder foi reforçado pelos usos diversos a que se prestou. Seja como Cadeia Pública, abrigo de regimentos militares ou de açougues oficiais; seja como o Celeiro Público que regulava o abastecimento de gêneros alimentícios vindos dos engenhos, em especial a farinha¹⁵, ou abrigo para a Feira dos Arcos, a edificação sempre deu respostas aos anseios da vila, servindo-lhe de baliza para a sua existência.

Trechos das atas da Câmara do ano de 1800, referem-se ao comércio de carnes na vila de Santo Amaro e à importância do edifício como *locus* das atividades comerciais. Na

¹⁴LEAL, 1950, p. 52.

¹⁵Daí vem o fato do Mercado Municipal ser popularmente conhecido como o “Mercado da Farinha”.

ata de 22 de janeiro, “o Senado da Câmara delibera sobre a vendagem de carne fora dos açougues, que deveria ser feita, em tal caso, somente por pessoas autorizadas”¹⁶.

Mas em 14 de junho do mesmo ano, "Resolveu-se que a carne só se poderia vender nos açougues oficiais", ou seja, de propriedade da Câmara. Na vereação de 08 de outubro de 1825, "Se procedeo a arrematação da venda dos Talhos da Marchantaria desta Villa com as condições do anno pasçado ademais de tirar os Talhos de baicho da Casa de Câmara [...]"¹⁷. Em 06 de agosto de 1832, o comandante do batalhão local envia ofício à Câmara onde “exigia outro lugar melhor para o destacamento desta Villa, requerendo que seria melhor escolher no edificio da Casa de Camara e Cadeia". Decidiu-se "que se mandasse aprontar no lado onde estivessem os açougues da parte do Amparo [...]"¹⁸.

No Jornal *Echo Sant'amarense*, periódico que circulou em Santo Amaro a partir de junho de 1881, encontramos diversos anúncios publicitários do comércio estabelecido no Centro, com armazéns, alfaiatarias, clínicas médicas, escolas etc. Nele, também descobrimos que no pavimento térreo da Casa de Câmara se desenvolvia uma praça de comércio, embrião do que viria a ser o Mercado Municipal. Na edição de 10 de junho de 1881, como que num resumo didático da forma de funcionamento do espaço, lê-se o seguinte:

No pavimento térreo da câmara municipal são depositadas pelos conductores de cereaes os que trazem para o consumo da cidade, constituindo-se aquelle local uma verdadeira praça do mercado de generos d'aquela natureza. Por cada sacco paga o condutor 40 réis, e por uma carga de animais, 80 réis. [...] Mas somos informados de que nenhum real entra no cofre. [...] Em que se funde ele (o porteiro da Câmara) para exigir a cobrança d'este imposto? Não o vimos figurar em seus orçamentos; é portanto uma estorção semelhante exigência. Dizem que ella é pedida como aluguel do prédio, onde são depositados os gêneros, mas esse deposito é forçado; o condutor do animal ou vendedor não tem liberdade de offerecel-os fora d'aquelle edificio, e se o fizer ahi está o fiscal protegido pelo delegado, que para estes negócios de dinheiro tem ambos uma vigilancia de admirar.¹⁹

Em outra denúncia, surge o termo “celeiro” para designar o espaço em questão: "Causa nojo entrar-se no celeiro municipal d'esta cidade. A camara municipal, que cobra um imposto de todo aquelle que ali vem vender seus generos, porque razão não applica este dinheiro em concerta-lo e calça-lo?"²⁰. Esta influência do poder público na regulação do comércio era fruto da política de estado. Em 1785, o Governo Geral da Província criou em Salvador o Celeiro Público da Bahia, com base no regimento do Terreiro de Trigo de

¹⁶PEDREIRA, 1977, p. 43.

¹⁷*Ibid.*, p. 95.

¹⁸*Ibid.*, p. 102.

¹⁹Abuso Municipal. *Jornal Echo Sant'amarense*, Santo Amaro/BA, p. 2, Ano 1, nº 4, 10 jun. 1881. (Notas de teor semelhante em: nº 07, de 14/06/1881; nº 10, de 20/06/1881; nº 21, de 08/07/1881; nº 213, de 01/04/1883).

²⁰O celleiro publico. *Jornal Echo Sant'amarense*, Santo Amaro/BA, p. 1, Ano 3, nº 40, 25 jul. 1883.

Lisboa²¹. Funcionou num dos galpões do Arsenal da Marinha, no Largo da Conceição da Praia, até a sua desativação em 1866. Tinha como função “[...] fiscalizar a comercialização da farinha, feijão, arroz e milho e monitorar os estoques e oscilações de preços [...]”²² daqueles gêneros. Sua atuação afetava diretamente a dieta da população urbana, dos escravos da zona rural e das tropas militares oficiais.

O comércio de rua – geralmente feito por negros, libertos ou escravos – dava-se sob a vigilância e, muitas vezes, o maltrato dos fiscais. Na edição 156, são relatados tais abusos contra quitandeiras que ocupavam calçadas, ao arrepio das posturas do município:

A postura municipal n. 12 proíbe a obstrução dos passeios das ruas, pelas quitandeiras, as quaes enquanto a câmara não marcar logar onde permaneçam, deverão vagar pelas ruas [...]. Apesar da clareza de tal disposição municipal, o fiscal da câmara entende proceder abusivamente metendo os pés nas gamelas e espalhando os gêneros como ainda hontem praticou na Praça da Purificação.²³

O trabalho de escravos de ganhos nas feiras e no “comércio ambulante de frutas, doces e salgados, [...], ficando os ganhos para seus senhores e sobretudo senhoras”²⁴, era uma prática comum desde o período colonial. Num editorial de 23 de abril de 1884 do *Echo Sant’amarense*, novas críticas são feitas aos fiscais da Câmara, visto que eles pouco trabalhavam e “A fiscalização reduz se ás pobres negras, que n’um momento de bilis dos Srs. fiscaes, por causa de nossas reclamações, veem quebrar-se seus tableiros e pratos”²⁵.

A atuação da Câmara, também era cobrada na vigilância dos atravessadores dos gêneros alimentícios que chegavam da zona rural ou pelo porto, para o abastecimento da cidade. Quantidades pequenas davam entrada no Celeiro Municipal, ao passo que eram “compradas pelos armazens da freguezia do Rosario diversas cargas que desceram pela Estrada dos Carros”²⁶. Tais práticas, que visavam fugir do controle dos preços das mercadorias e do imposto cobrado pelo uso do Celeiro, representavam “um abuso que deve ser quanto antes cohibido, porque importa na carestia dos generos, sofrendo com isso a população pobre d’esta cidade”²⁷. O negócio havia tomado tamanha empresa, posto que a ação dos atravessadores ia além das estradas e portos da cidade, pois:

[...] confiados na somnolencia e indiferença da edilidade, estabelecem sociedades e companhias pelos arraiaes visinhos á esta cidade, onde os seus correspondentes,

²¹ Sobre o papel do Celeiro Público, ver a tese de Afrânio Mário Simões Filho: *Política de Abastecimento na Economia Mercantil: O Celeiro Público da Bahia (1785-1866)*.

²² SIMÕES FILHO, p. 1, 2011.

²³ Abusos. *Jornal Echo Sant’amarense*, Santo Amaro/BA, p. 1, Ano 2, nº 156, 03 maio 1882.

²⁴ REIS, 2000, p.44.

²⁵ Ainda a Camara Municipal. *Jornal Echo Sant’amarense*, Santo Amaro/BA. p. 1, Ano 3, nº 236, 23 abr. 1884.

²⁶ A farinha. *Id.*, p. 1, Ano 3, nº 85, 19/09/1883.

²⁷ Aos Srs. Fiscais. *Id.*, p. 1, Ano 3, nº 229, 09/04/1884

compram os generos por diminuto preço, e quando entram n'este mercado, vão logo para as vendas, ao passo que ao celleiro publico apparecem apenas 3 ou quatro cargas de farinha para abastecer toda essa população!!!²⁸

Ainda sobre o tema da higiene e da supervisão da Câmara quanto às atividades comerciais, há um editorial de 14 de março de 1882, intitulado “Necessidades publicas”, que traz críticas à atuação camarária. Ruas sem calçamento que se tornavam intransitáveis em períodos de chuva, formação de pântanos e charcos, acúmulo de lixo e de animais mortos, mas o que nos chama a atenção é a menção feita ao comércio do pescado e o tratamento dado às margens do Rio Subaé, elemento da paisagem urbana fundamental na formação da cidade, bem como do próprio Mercado e da Feira Livre:

E não é só o estado de deterioramento que atrahê a attenção do passante, a immundicia ali persiste as vistas públicas, e na porção occupada pelo commercio do peixe, mais digna ainda se torna da attenção de nossos vereadores. Até o presente não cogitou a municipalidade da construcção de um mercado, embora em condicções limitadas, para a venda do peixe, consentindo em ser elle exposto em gamellas sobre o passeio que contorna o alicerce das propriedades ali existentes [...]. A hygiene publica reclama o acceio, em todas as cidades, nos logares destinados ao commercio de peixe, não só pelo grande número de animaes que se desenvolvem, como absolutamente é indispensável a renovação constante do ar athmospherico [...].²⁹

Não havia estrutura construída na margem do rio, como um barracão, que abrigasse os vendedores de pescados (situação completamente distinta do que ocorria sob a custódia da Câmara, o Celeiro, no seu pavimento térreo). O comércio, à beira do rio, era feito de

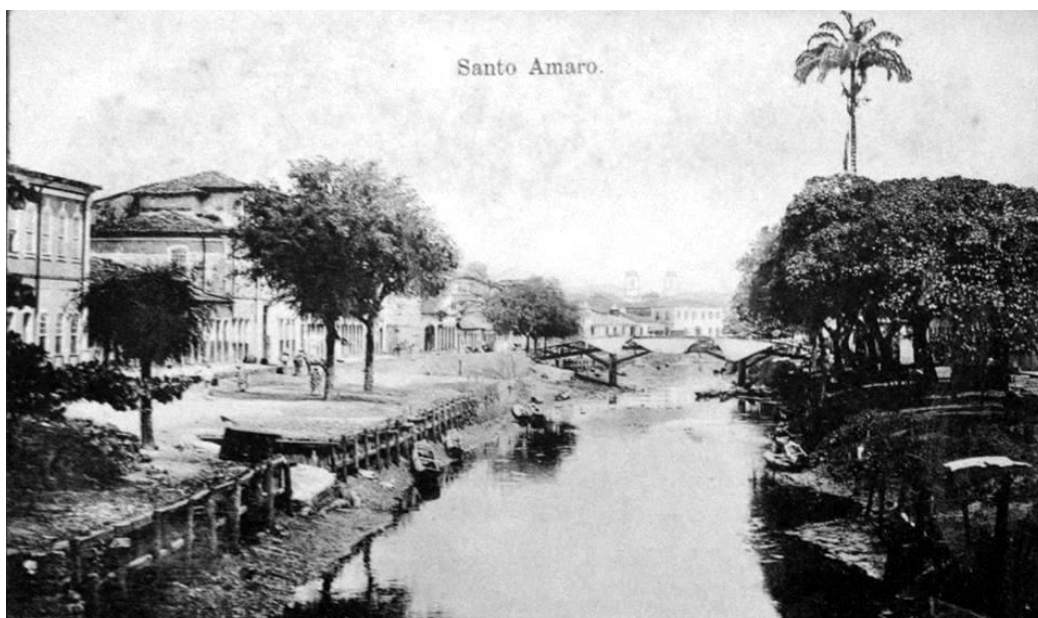


Fig. 3: Vista do Rio Subaé. Fonte: data e autor desconhecidos (certamente década de 1880).

²⁸ Á ilustríssima câmara municipal. *Id.*, p. 1, Ano 4, nº 25, 11/07/1884.

²⁹ Necessidades publicas. *Jornal Echo Sant'amarense*, Santo Amaro/BA, p. 1, Ano 2, nº 213, 14 mar. 1882.

forma precária, com os produtos depositados em gamelas, sobre os passeios, expondo os pescados aos animais que transitavam nas ruas, tornando-se um vetor para doenças.

Através da Fig. 3, fotografia tirada certamente na década de 1880, a partir da atual Ponte da Moringa, vê-se que o cais do rio em alvenaria ainda não existia. Estacadas em estrutura de madeira seguravam o terreno da rua na margem direita (lado esquerdo da imagem), onde se destacavam sobrados de relevante imponência, que abrigavam casas comerciais e alambiques. Após as chuvas ou cheias do rio, o trânsito era inviável e fazia-se necessário o conserto das estacadas e a recomposição do piso com areia, para permitir a passagem dos carros à tração animal. De forma igualmente precária, eram as rampas para acesso dos pescadores. A imagem mostra no centro a antiga ponte do Xaréu e, bem ao fundo, é possível perceber as torres da Igreja Matriz da Purificação.

A preocupação com a higiene pública se traduz em novos editoriais que acusam o desleixo da Câmara para com o trato urbano, inclusive citando a falta de capacidade do governo imperial em atuar como poder central neste tema³⁰. A edição do dia 31 de maio de 1883 do jornal *Echo Sant'amarense*, também tratou da questão da insalubridade e do surgimento de doenças como a varíola, febre ou tosse convulsa em crianças, "moléstias que se vão propagando pelo interior, o que é muito natural pelas relações comerciais que nos circulam, e que estão a nós ligados por diferentes circunstancias"³¹. Tendo em mente que menos de 30 anos antes, entre 1855/56, ocorrera uma epidemia de cólera que ceifou a vida de aproximadamente 8500 santamarenses³², é de se imaginar a tensão vivida naqueles dias.

2.2 O Mercado Municipal – do Celeiro, na Câmara, à margem do Rio Subaé

O final do século XIX trouxe fatos indelévels à política nacional. Ali se dão os reflexos iniciais da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Com a mudança de regime, a Câmara perdeu o papel central no jogo político, passando o poder executivo a ser exercido por intendentos (futuros prefeitos municipais) e o legislativo pelas câmaras que, inicialmente foram dissolvidas e, em seguida, recompostas.

O primeiro Intendente de Santo Amaro, Cerqueira Mendes, construiu em 1890 um mercado na margem do rio Subaé (mesmo lugar do Mercado atual), todo ele em ferro trabalhado, com cobertura metálica. A estrutura não foi de todo aproveitada,

³⁰*Jornal Echo Sant'amarense*. Edições nº 160, de 18/01/1883; nº 64, de 23/08/1883; nº 168, de 10/01/1884; nº 208, de 09/03/1884; nº 209, de 12/03/1884. Para a crítica ao governo imperial, ver nº 168.

³¹Salubridade publica. *Id.*, p. 1, Ano 2, nº 259, 31 de maio 1883.

³²DAVID, 1993, p. 156.

[...] por terem surgido ponderosas reclamações contra a sua má situação, a qual lhe dá fôros e préstimos de um verdadeiro forno capaz de entontecer, pela alta temperatura, em poucos momentos, quantos ali vão oferecer os seus gêneros a coucurrencia publica.³³

Em Santo Amaro, onde a temperatura no verão supera os 30°, é de se imaginar o desconforto térmico no interior do edifício coberto por telhas metálicas, material que não condizia com as condições climáticas locais. O estilo construtivo trazia uma clara influência das estruturas em ferro fundido desenvolvidas na Europa e que no Brasil desembarcaram durante as últimas décadas do século XIX, na construção de mercados e estações ferroviárias, por exemplo.

A despeito da repulsa da população e dos comerciantes, no primeiro semestre do ano de 1905, o Intendente Francisco Bandeira, após fazer serviços de pintura na edificação, remove para lá “[...] o celleiro publico, que até há pouco funcionara nos baixios do edificio municipal”³⁴. O edifício desagradou e muitos comerciantes deixaram aquela praça, causando carestia e o aumento do preço de itens como a farinha e o toucinho, que chegaram a custar o dobro do preço se comparado aos mercados da capital e de cidades vizinhas.

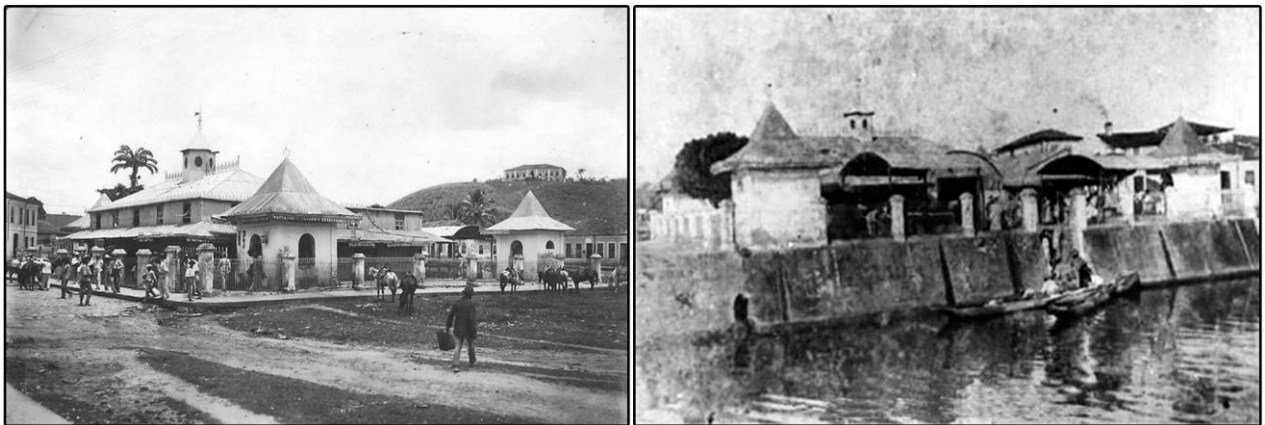


Fig. 4 e 5: Mercado “Cerqueira Mendes”, construído no início da década de 1890 e demolido em 1936 para a construção do mercado hoje existente. Fonte: datas e autores desconhecidos.

Este edifício (Figs. 4 e 5), após concluído, era composto de uma edificação central, arrodada por um varandado, à exceção da face voltada para o rio Subaé, a partir da qual era possível acessar diretamente o Mercado, através de uma escadaria (ver Fig. 5). Ainda hoje há vestígios dessa estrutura de acesso, conforme se vê na Fig. 6. O terreno era cercado por um gradeado afastado do corpo principal, sendo que, em cada um dos seus quatro vértices havia um quiosque de planta quadrada, com arcadas nas faces e cobertura em forma de

³³ExAbundantiaAmititiae. *Correio do Brasil*, Salvador/BA, p. 1-2, Ano III, nº 540, 04 jul. 1905. (Ver também a página 1, da edição nº 458, de 18/03/1905).

³⁴*Ibid.* p. 2

chapéu piramidal. No topo do telhado havia um lanternim sextavado, com aberturas ovóides em cada face, cobertura em formato de pirâmide, com adereço em forma de bandeira.

Para as duas primeiras décadas do século XX, nossa principal fonte de informação foram os relatórios enviados pelos intendentes ao Conselho Municipal, sempre do exercício anterior. Destarte, em 1909, o Intendente João Ferreira de Araujo Pinho Junior, admite a insatisfação da população em relação ao edifício do Mercado, pretendendo realizar obras de expansão em seu interior. Informa ainda que, por conta da enchente do Rio Subaé ocorrida em 19 de junho daquele ano, um quiosque e parte da muralha do cais da ala esquerda do edifício foram avariados, mas recuperados pela municipalidade³⁵.



Fig. 6: Mercado Municipal, vista posterior. No detalhe, restos do que foi a escadaria de acesso do antigo Mercado “Cerqueira Mendes”, construído no início da década de 1890 e demolido em 1936. Foto: Acervo do autor, 2017.

Em 1916 foi criado o jornal oficial “O Município”, precursor do Diário Oficial do Município. A edição nº 37, de 02 de fevereiro de 1917, trouxe uma reportagem com diversas fotos das obras do cais do Rio Subaé, a ser inaugurada naquela data³⁶. Porém, os transtornos causados pelo mercado “Cerqueira Mendes” seguiam sem solução. É o que diz o relatório municipal do exercício de 1917: “Embora muito pequeno para as necessidades da população desta cidade, a sua conservação é indispensável até que as forças desta comuna permita construção de outro em outro ponto”³⁷. Cita-se o desejo de trocar a cobertura do edifício, mas não foi possível realizar o pleito devido à falta de recursos.

³⁵ Apresentado ao Conselho Municipal de Santo Amaro pelo Dr. João F. de Araujo Pinho Junior – Exercício de 1909. Bahia: Escolas Profissionais do Lyceu de Salesiano de Salvador, 1910.

³⁶ O cais da cidade. *Jornal O Município*, Santo Amaro/BA, p. 1-2. Ano 1, nº 37, de 02/02/1917.

³⁷ Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Santo Amaro pelo Dr. João F. de Araujo Pinho Junior – Exercício de 1917. *Jornal O Município*, Santo Amaro/BA, p. 3. Ano 2, 1918.

Em 1921, foi lançado edital de construção de um novo mercado em substituição ao “immundo pardieiro, que ali à beira rio, se levanta, baixo, sem luz, sem accomodações, ruinoso e anachronico, com o título de Mercado Municipal”³⁸. Uma semana depois, em convocação extraordinária do Conselho Municipal, foram abertas duas propostas para a construção do mercado, sendo nomeada uma comissão para analisá-las³⁹. A quebra da safra de açúcar daquele ano impediu o início das obras. Em relatório do exercício de 1923, o intendente Arthur Ferreira de Vianna Bandeira disse que buscou melhorar as condições de uso do Mercado, mas que não foi possível dar seguimento à sua remodelação, além de:

Como medida de emergencia e no intuito de attenuar, na cidade, os effeitos da carestia da vida que vem em geral, perseguindo a população, estabeleci, ás segundas feiras de cada semana, uma feira livre ao lado esquerdo do Mercado, a qual começou a funcionar em 3 de Dezembro p. findo.⁴⁰

Certamente, antes daquele 03 de dezembro, já havia vendedores naquelas cercanias com suas gamelas e produtos de ganho. Contudo, foi a partir daquela data que o dia da segunda feira se tornou oficialmente dia da Feira Livre, e uma referência comercial para o Recôncavo. A isenção temporária de impostos aos feirantes fez correr para aquela praça muitos comerciantes, aumentando a oferta de alimentos, ainda que a comunidade viesse a enfrentar outro problema corriqueiro: o aumento de preços, principalmente do pescado.

Através dos relatórios dos intendentes municipais, vê-se que havia a necessidade da construção de um novo edifício, todavia faltava-lhes o capital. Ao mesmo tempo em que as críticas da imprensa apontavam para a inércia administrativa ou para a malversação do dinheiro público⁴¹, também convocava os “[...] homens afortunados, que nessa emergência, nutridos de amor patriótico [...]”⁴² para, às suas expensas, custearem a construção do novo mercado. E, assim, o mercado “Cerqueira Mendes” caminhava para o seu estertor.

No dia 19 de outubro de 1935, foi publicado o edital de concorrência para a construção do novo Mercado, de acordo com projeto e especificações técnicas dadas pela municipalidade, com data de entrega das propostas agendada para 09 de novembro do mesmo ano⁴³. Não temos a data de inauguração do novo edifício, mas uma carta de um leitor

³⁸ Grandes melhoramentos: Mercado Público. *Jornal O Município*, Santo Amaro/BA, p. 1. Ano 5, nº 259, de 07/05/1921.

³⁹ Conselho Municipal. *Id.*, p. 1. Ano 5, nº 260, de 14/05/1921.

⁴⁰ Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Santo Amaro pelo Dr. Arthur Ferreira de Vianna Bandeira – Exercício de 1923. *Jornal O Município*, Santo Amaro/BA, p. 1. Ano 8, nº399, de 26/04/1924. Destacam-se que os relatórios dos exercícios de 1926 e 1927 também apresentaram críticas à antiga edificação.

⁴¹ *Jornal A Paz*, Santo Amaro/BA, p. 1, Ano 19, nº 247, de 21/05/1927.

⁴² Pelo Mercado da Cidade. *Jornal A Paz*, Santo Amaro/BA, p. 1, Ano 18, nº 160, 08/08/1925.

⁴³ Edital de Concorrência para construção do Mercado Público. *Jornal O Município*, Santo Amaro/BA, p. 2, Ano XX, nº 869, de 19/10/1935.

datada de 18 de junho de 1937⁴⁴, publicada no jornal oficial, aponta o ritmo adiantado das obras, parabenizando o Intendente Eduardo Maméde pelo feito, o que nos faz crer que foi naquele ano que se deu o início das atividades no novo edifício público.

Onde hoje é o Largo do Mercado (área onde acontece a Festa do Bembé do Mercado), havia uma quadra ocupada por casas, na rua voltada para o Rio, e cortiços no “Beco do Bilhar”, que passava pelo fundo do edifício da Lyra dos Artistas. O fato é que em 13 de dezembro de 1941, noticiou-se a demolição “[...] dos casebres infectos daquela travessa célebre pelos descontrôles morais que de vez em quando surgiam em face da polícia de costumes [...]”⁴⁵, como obra de higienização e saneamento urbano. Aí se tem início a formação do Largo do Mercado, com posterior demolição das casas situadas na frente da rua. Ainda em 1941, registrava-se que “As feiras que se realizam nesta Cidade, no Mercado Público, às segundas-feiras, vêm tendo um aumento progressivo nesses últimos tempos”⁴⁶. Foi um sinal do revigoração da atividade comercial, perante momentos anteriores de estagnação, reforçando a Feira como importante vetor da dinâmica urbana.

Em 1958, ocorreu uma tragédia marcante no Mercado: a explosão de duas barracas de fogos situadas do lado esquerdo do prédio, às vésperas dos festejos de São João, ceifando a vida de 108 pessoas e ferindo outras três centenas⁴⁷. Refeita na fé e no respeito às ancestralidades africanas, dali adiante ressurgiria com força e vigor a manifestação do Bembé do Mercado, singular festejo do Candomblé em comemoração ao 13 de Maio. Recentemente, tal festejo foi registrado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil⁴⁸.

Com o passar do tempo, o sábado tornou-se, também, um importante dia de comercialização na Feira Livre. Mais recentemente, possivelmente após os anos 2000 e de modo totalmente informal, a feira passou a funcionar todos os dias da semana, exceto aos domingos e feriados, mas, de toda forma, segundas e sábados são, sem dúvida, os dias mais animados. Estende-se por logradouros ocupando uma área que pode superar os 10 mil m² nos dias de segunda feira, quando acontece também a feira de confecções.

Esta investigação apresentou uma parte da história do Mercado Municipal e do seu entorno. Recentemente, o IPHAN, através do programa PAC Cidades Históricas, contratou projeto de intervenção para o edifício do Mercado Municipal, além de proposta de

⁴⁴ *Id.*, p. 1, Ano XXI, nº 923, de 26/06/1937.

⁴⁵ *Id.*, p. 1, Ano XXVI, nº 1084, de 13/12/1941.

⁴⁶ Aumentam as feiras desta cidade. *Id.*, p. 2, Ano XXVI, nº 1078, de 01/11/1941.

⁴⁷ São João levou Santo Amaro para o céu. *Revista O Cruzeiro*, Rio de Janeiro/RJ, p. 106-108, ano 30, nº 39, 05/07/1958.

⁴⁸ O registro do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural da autarquia federal em 13 de junho de 2019.

requalificação da área da Feira Livre, mas que não foram adiante devido ao contingenciamento de recursos do órgão federal. A proposta, que acrescenta estruturas de vidro e aço à edificação e sua vizinhança, destoa totalmente do entorno e tornaria o interior do edifício uma verdadeira sauna, caso a estrutura não fosse contemplada por sistema de ar refrigerado, algo fora da realidade para as condições financeiras do município⁴⁹. Curioso notar que a última das intervenções na edificação, datada dos anos 2000, substituiu a cobertura em telhas cerâmicas que estava bastante danificada, por outra de telhas metálicas, fazendo reviver nos meses do verão, aquele forno da mesma forma que há 130 anos atrás.

Destarte, em paralelo a um edifício do Mercado insalubre, bastante criticado e que teve tudo para dar errado no seu funcionamento, consolidava-se assim uma das qualidades de comércio e de socialização mais importantes da cidade de Santo Amaro.

3. O Centro Histórico

Desde cedo, a função comercial exerceu importante papel na formação da cidade de Santo Amaro. Casa de Câmara, Mercado, Feira Livre, rios, portos, pontes, engenhos, igrejas, estradas, trapiches, cada qual com suas especificidades e formas de pontuar o espaço construído ou de demarcar o território, exerceram papéis diferentes na construção da cidade ao longo dos últimos quatro séculos.

O Centro e a Feira Livre, além de lugares de passagem, são também lugares de convívio social com alto nível de urbanidade, onde o Recôncavo se reúne diariamente, estando ali representadas espontaneamente através do seu povo, várias das suas expressões culturais. No Centro também se encontram pontos de transportes alternativos (veículos do tipo “van”), que operam legalmente em paralelo à rodoviária municipal, atendendo às comunidades da zona rural, aquelas situadas na costa da Baía de Todos os Santos (BTS), e o município de Saubara. Apesar da Sede municipal possuir uma população superior a 40 mil habitantes⁵⁰, não existe uma rede urbana de transporte público coletivo. Em compensação, há pontos espalhados de moto táxi, além dos táxis convencionais. As ruas do Centro são importantes artérias de ligação entre partes opostas da cidade pois estruturam a malha urbana, assim como o Rio Subaé e a linha férrea, conforme se observa no Mapa 3 (Estrutura Urbana da cidade) e, em detalhe, no Mapa 4 (Centro Histórico).

⁴⁹ Para maiores detalhes, acessar: <https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/09/10/convite-apresentacao-do-mercado-vertical-na-feira-livre-de-santo-amaro/>.

⁵⁰ Segundo o censo do IBGE (2010), o município de Santo Amaro possuía 57800 habitantes. A população estimada para o ano de 2019 é de 60.069 habitantes.

Estes elementos somados, garantem uma dinâmica urbana que faz acorrer ao Centro Histórico um número considerável de pessoas, não só de santamarenses da sede municipal e dos demais distritos, mas, inclusive, provenientes de cidades vizinhas. Vale lembrar que até 1961, Santo Amaro figurava como uma das maiores cidades do estado da Bahia, englobando os antigos distritos de Conceição do Jacuípe, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio e Saubara, emancipados entre 1961 e 1989. Pessoas destas cidades, em maior ou menor medida, ainda mantém relações com a praça comercial santamarense.

Na primeira metade do século XX, dificuldades econômicas acometeram o estado da Bahia, com enorme reflexo em Santo Amaro, o que explica, em parte, a acomodação urbana e a preservação do Centro Histórico de então. Em virtude desta situação, a cidade passou por um certo adormecimento comercial, cuja contingência durou até a segunda metade do século XX, quando uma série de eventos extra locais redefiniram os papéis das cidades do Recôncavo Baiano, impactando diretamente as suas estruturas urbanas e a forma de lidar com os seus patrimônios construídos.

Santos⁵¹ nos mostra que a implantação das rodovias BR-324 e BR-101 redefiniu os fluxos de mercadorias e de capitais, de alocação dos investimentos e o papel das cidades tradicionais do Recôncavo, em especial Santo Amaro e Cachoeira. Se antes, com o modal fluvial, estas duas cidades faziam as pontes respectivamente entre o Recôncavo e o Sertão baiano, e a cidade de Salvador, com o advento das rodovias, ambas veem a função portuária ser extinta e suas dinâmicas urbanas declinarem.

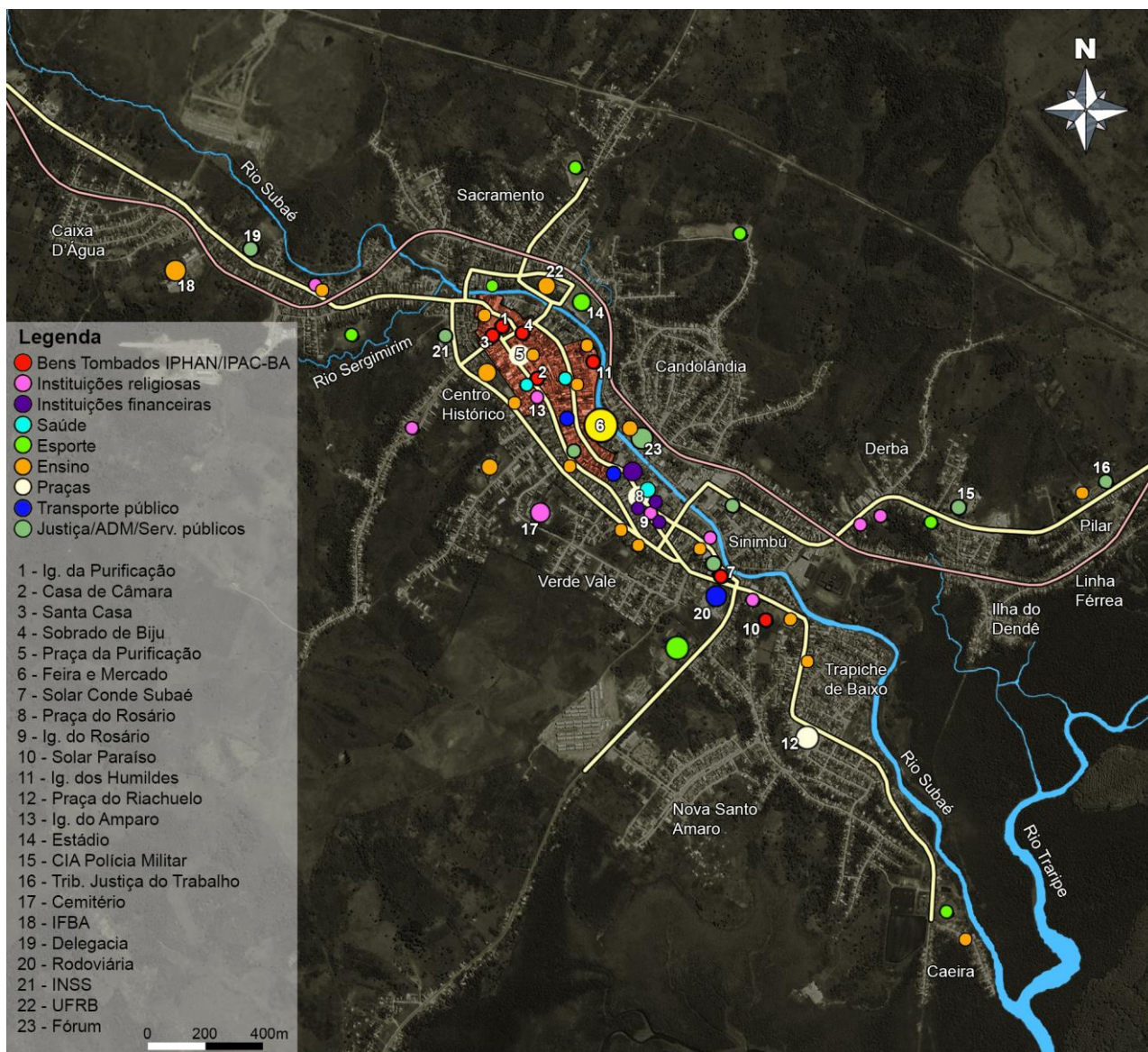
Posteriormente, a chegada da Petrobrás no Recôncavo e a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAN), em 1950, na cidade de São Francisco do Conde⁵², foi um golpe de martelo naquelas sociedades tradicionalistas. Contudo, as oportunidades de emprego ou uma possível elevação do nível de renda salarial, devido à indústria do petróleo, não propiciaram uma dinamização da economia baiana. Somente nas décadas seguintes, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (1967) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (1978), é que essa economia dará um salto de produtividade e dinâmica urbana/industrial, afetando definitivamente as cidades do Recôncavo.

Santo Amaro, em particular, também experimentou certa industrialização. Como maior produtora de açúcar da Bahia até boa parte do século XX, legou à Meleirinha, antiga

⁵¹ SANTOS, 1959.

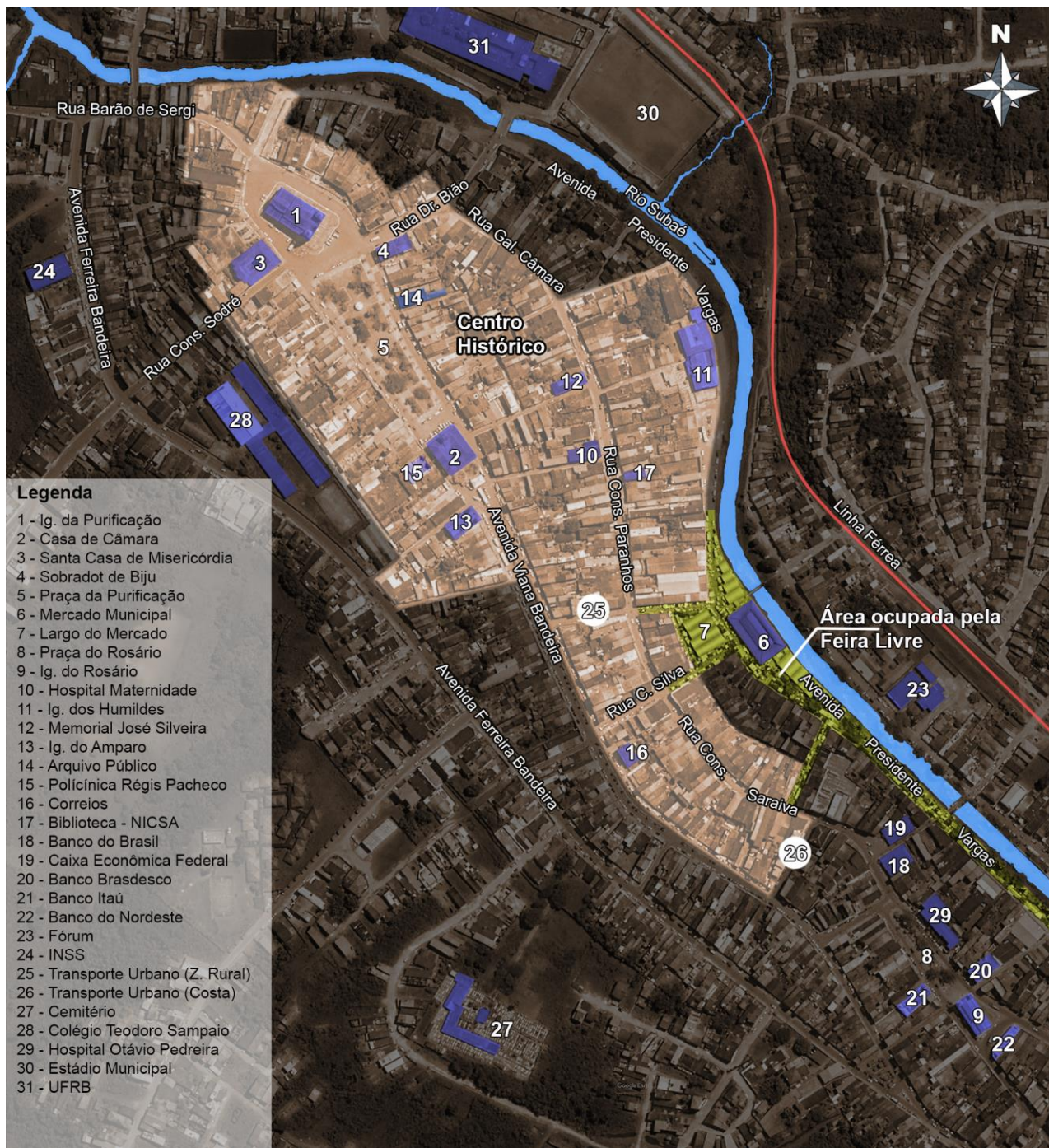
⁵² A cidade de São Francisco do Conde é banhada pela BTS e limita-se a Sudeste com o município de Santo Amaro. A população estimada para 2019 é de 39.802 habitantes. Devido ao ICMS pago pela RLAN ao município, este possui o maior PIB per capita do Brasil, R\$ 296.459,35 (2016), média que, porém, não reflete a realidade do seu povo. O IDH-M de 0,684 é considerado médio para o padrão baiano. (Dados do IBGE).

destilaria de aguardente de cana, o edifício que a partir da década de 1940, passou a abrigar a Fundação de Aço Tarzan. Mais tarde, em 1960, teve início as operações da Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC) e da Indústria de Papel de Santo Amaro (INPASA), atual Penha. Em 1972, inaugurou-se a BACRAFT, outra indústria do ramo de papéis⁵³. Foi, a partir de então, que rapidamente se estabeleceram os processos desordenados de urbanização e, no caso de Santo Amaro, de desfiguração do seu conjunto arquitetônico antigo, bem como da expansão do comércio de rua por meio da ampliação da Feira Livre.



Mapa 3: Estrutura Urbana – Cidade de Santo Amaro (Sede). Fonte: Próprio autor.

⁵³ Destas, atualmente, apenas a Penha continua em operação. A TARZAN encerrou as atividades em 1982 e a BACRAFT nos anos 2000; a COBRAC, já como Plumbum, encerrou as operações em 1993, legando à cidade um rastro criminoso de contaminação por metais pesados.



Mapa 4: Centro Histórico – Cidade de Santo Amaro. Fonte: Próprio autor.

3.1 Inspirações teóricas: cidade e memória

A cidade se forma ao longo dos tempos, como força inexorável das intervenções humanas, sobrepostas como camadas em sua estrutura urbana, geração após geração. Destarte, uma cidade carrega consigo as marcas e identidades de um povo e de sua cultura, sentidos de coletividade que tomam forma e força com diferentes intensidades. É de se notar que em meio a tudo isso, como suporte da memória, tem-se a força do lugar, da arquitetura da cidade que persiste ao longo do tempo e que permanece como referência para gerações distintas. A respeito da memória coletiva, Halbwachs anota que,

Quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que este mantém com aquele passa para o primeiro plano da idéia que o meio faz de si mesmo⁵⁴.

Estendendo a tese de Halbwachs sobre a memória coletiva, Rossi acrescenta que “[...] a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o ‘locus’ da memória coletiva”⁵⁵. Uma cidade é recheada de imagens, momentos, passagens, que vão se superpondo umas às outras com o passar das gerações. Tudo isso está impregnado na estrutura urbana da cidade, está escrito nos seus monumentos, não apenas na memória coletiva do seu povo.

Segundo Rossi, as cidades trazem sua arquitetura ou lugares que atuam como uma "cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos"⁵⁶. Tais lugares ou partes da cidade, singulares e únicos, como prédios, ruas, bairros, monumentos ou praças, é o que Rossi chama de fatos urbanos. A qualidade deles, impressas pelas intervenções humanas, os fazem fatos artísticos, aí carregando todo o caldo cultural das individualidades e coletividades urbanas que vivenciam o lugar ao longo dos tempos:

“Como os fatos urbanos são relacionáveis às obras de arte? Todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o fato de nascerem da vida inconsciente, esse nível é coletivo no primeiro caso e, individual no segundo, mas a diferença é secundária, porque umas são produzidas pelo público, as outras para o público, mas é precisamente o público que lhes fornece um denominador comum”⁵⁷.

⁵⁴HALBWACHS, 2006, p. 132.

⁵⁵ROSSI, 1995, p. 198.

⁵⁶*Ibid*, p. 3.

⁵⁷ROSSI, 1995, p. 19.

Ou seja, a cidade é coisa humana, obra produzida pelas mãos dos seus cidadãos e testemunho da memória coletiva de gerações, onde valores e interesses estão envolvidos num complexo jogo sobrepondo-se uns aos outros.

Em *Por que o Subaé não molha o mapa*⁵⁸, livro de contos que retrata a memória coletiva santamarense, o poeta e escritor Jorge Portugal relata, de maneira descontraída, fatos da vida cotidiana, tendo como pano de fundo aspectos ou lugares de Santo Amaro. Vários dos personagens são figuras reais, muitos em vida, inclusive, valorizados de tal forma que marcam os contos realisticamente, reforçando a identidade e a memória de cada um deles. Contudo, são os meandros da vida cidadina que dão forma e estrutura aos contos. A Feira, o Mercado, a Praça da Purificação e o adro da Igreja Matriz, o rio Subaé, a Casa de Câmara, ruas, bairros, edifícios históricos ou referenciais estão presentes reforçando a memória dos lugares. A cidade funciona como um suporte da obra.

Entretanto, essa valorização identitária, esse apego às coisas locais, entram em confronto diário com interesses e situações que pressionam estruturas antigas da cidade. Na obra *A Alegoria do Patrimônio*⁵⁹, da historiadora francesa Françoise Choay, o capítulo V, A Invenção do Patrimônio Urbano, trata do surgimento da cidade como um monumento histórico, indo além da ideia do monumento, do edifício, como um fato isolado. Cita o surgimento de conceitos como *patrimônio urbano* e *arquitetura menor*⁶⁰, no início do século XX, para se referir ao conjunto urbano antigo, destacando que “[...] isolar ou destacar um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial”⁶¹. Tais conceitos serviram de base para ações aplicadas nas áreas protegidas a partir dos anos de 1960, inicialmente em países europeus⁶².

3.2 Uma cidade em mutação

A preocupação do IPHAN com a preservação de conjuntos urbanos, remonta à década de 1950. A cidade de Salvador, por exemplo, tem vários processos de tombamento

⁵⁸PORTUGAL, 2017.

⁵⁹ CHOAY, 2001. Trata-se de uma extensa investigação que abrange mais de cinco séculos a respeito do patrimônio cultural, tomando por base o estudo da arquitetura e das cidades.

⁶⁰ O italiano Gustavo Giovannoni, arquiteto, engenheiro e historiador da arte, foi quem primeiro utilizou os termos em destaque, num artigo intitulado “Vecchie città ed edilizia nuova” (*Nuova Antologia*, 1913), que mais tarde, em 1931, originaria seu livro homônimo. As arquiteturas menores – aquelas domésticas que, isoladas, não têm valor – ao integrar-se a monumentos consagrados formam um conjunto urbano antigo, um patrimônio urbano que deve ser tratado como um grande monumento (CHOAY, 2001, ps. 143, 195).

⁶¹ CHOAY, 2001, p. 201.

⁶² *Ibid*, p. 203.

que foram abertos no ano de 1952 e concluídos até 1959⁶³. A cidade de Porto Seguro, por sua vez, teve o seu Centro Histórico tombado em 1968. Contudo, foi a partir da década de 1970 que diversas cidades históricas do interior da Bahia terão os seus processos abertos e, por conseguinte, o seu tombamento. Cachoeira, em 1971, Lençóis, em 1973; o processo de Rio de Contas foi aberto em 1973 e apenas concluído em 1980; as cidades de Itaparica e de Mucugê, têm ambos abertos em 1978 e concluídos em 1980⁶⁴. Em todas estas cidades, o patrimônio construído serviu (e tem servido) de matéria para a indústria do turismo, dos espetáculos ou da cultura. Ou seja, preservar os bens construídos não só como manutenção de traços importantes da memória coletiva, da arte ou da cultura, mas como base para atividades econômicas urbanas de grande relevância.

Em Santo Amaro não houve tombamento do conjunto arquitetônico urbano. Neste sentido, afirmamos que a ausência de políticas para o patrimônio urbano contribuiu para a substituição de muitas edificações de interesse e das arquiteturas menores que compunham o conjunto, imóveis que constituíam um importante registro sociocultural e se tornaram ‘presas fáceis’ para o avanço da construção civil na figura das reformas e ampliações, em virtude da valorização dos imóveis situados no Centro e da escassez de terrenos urbanos.

A partir do momento que se destrói elementos referenciais e arquiteturas tidas como menores ou de valor ambiental, de um conjunto arquitetônico antigo, o próprio conjunto perde valor enquanto obra construída ou, ainda, como referencial histórico de uma determinada época. Como contraponto, por exemplo, vale refletir sobre o que seria de Ouro Preto (MG) ou da cidade baiana de Lençóis sem os seus casarios, mesmo os mais simples, de um pavimento apenas? Tais cidades são o que são pelo conjunto da obra.

No município santamarense, apenas seis edificações foram tombadas de maneira isolada pelo IPHAN⁶⁵: Igreja Matriz da Purificação e Casa de Câmara, em 1941; Igreja Matriz de Oliveira dos Campinhos, situada no distrito homônimo, em 1942; Sobrado do Biju, em 1943, Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1962; e, em 1979, Solar Conde de Subaé,

⁶³ Em 1984, o IPHAN tombou o Centro Histórico do Pelourinho. Em 1985, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) deu-lhe o título de Patrimônio Mundial da Humanidade.

⁶⁴ Citamos alguns exemplos do estado da Bahia dos mais de 80 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN no Brasil. A Lista de Bens Materiais Tombados, completa, pode ser acessada em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018.

⁶⁵ Através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, sob coordenação do IPHAN, no ano de 2013 a cidade de Santo Amaro foi contemplada com a liberação de recursos para a elaboração de projetos de restauração e execução das respectivas obras dos seguintes imóveis: Igreja Matriz da Purificação (obra executada e entregue em outubro de 2019); Casa de Câmara, Igreja do Amparo e Sobrado na Praça da Purificação (obras em andamento); Igreja do Rosário, Mercado Municipal e Siderúrgica Tarzan (sem perspectiva de andamento dos processos de contratação).

que posteriormente abrigou a Casa do Samba⁶⁶. O Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico da Bahia (IPAC/BA), órgão do Governo do Estado da Bahia para a preservação da cultura, fez o tombamento da Igreja e Convento dos Humildes e do Solar do Paraíso.

Na esteira da valorização dos bens patrimoniais, entre 1975 e 2002, o IPAC/BA realizou o ‘Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia’, um trabalho de grande valor que reúne em sete volumes, exemplares das arquiteturas civil de funções pública e privada, religiosa, militar, industrial e agrícola, com interesse de preservação ou já tombados de cidades baianas. Dividem-se entre: Salvador; Recôncavo (partes 1 e 2); Serra Geral e Chapada Diamantina; Litoral Sul; Mesorregiões Nordeste, Vale São Francisco, Extremo Oeste Baiano; e Região Pastoril. O Volume 2 – Monumentos e Sítios do Recôncavo, Parte I⁶⁷, refere-se à cidade de Santo Amaro, dentre outras.

Os dados relativos a Santo Amaro, foram coletados em 1976. O IPAC trouxe, na ocasião, dados históricos relativos aos edifícios inventariados, fotos e registros gráficos daquela época. Alguns mapas detalham a situação do Centro Histórico, bairro cujo perímetro compreendia um total de 626 imóveis, excluindo-se as igrejas seculares e os demais bens tombados (Casa de Câmara, Solar do Barão de Sergy e Santa Casa de Misericórdia). Poderíamos estender tal perímetro até a Praça do Rosário ou incluir quadras que margeiam o Rio Subaé, além do próprio Mercado já que, apesar de ter sido construído em 1937, situa-se numa área ocupada desde o século XIX. Contudo, se fizessemos tais adições, perderíamos a base de referência que nos é dada pelos mapas do Inventário. Os mapas aqui apresentados, têm por base fotos aéreas retiradas do aplicativo Google Earth⁶⁸.

O grupo de edificações inventariadas foi dividido em três “Graus de Proteção” (Mapa 05), mas nem todas elas estão registradas individualmente no inventário. São indicadas as de Grau 1 e algumas de Grau 2, certamente pela quantidade de edificações e a menor importância dada àquelas de Grau 3. Destaque para as de Grau 1, edifícios de relevante interesse arquitetônico ou monumental, já tombados pelo IPHAN, e outros ainda sem proteção e, por isso, indicados para tombamento federal ou estadual. Estes dados são importantes para este trabalho, pois se referem a um momento que foi um ponto de partida para a substituição dos edifícios do conjunto arquitetônico ocorridas nas décadas seguintes.

⁶⁶ A Casa do Samba foi inaugurada em setembro de 2007, após obras de restauro do referido solar, a cargo do IPHAN, tendo como missão a preservação do Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Antes, em 2004, o IPHAN fez o registro do Samba de Roda como Patrimônio Imaterial Nacional; e, em 2005, a Unesco o tornou Patrimônio Imaterial da Humanidade.

⁶⁷ BAHIA, 1978, p. 93 a 158.

⁶⁸ Entendemos que esta foi a melhor maneira encontrada para comparar as informações dos mapas Inventário do IPAC/BA com aquelas colhidas em campo nos dias atuais, trazendo-as para uma mesma base cartográfica, atualizada. Data das imagens, segundo o aplicativo Google Earth: 21/09/2014.

Outro documento que serviu de base para as nossas análises foi a Lei nº 1.353-B/00, o Plano Diretor Urbano (PDU) de Santo Amaro⁶⁹, sancionado em 06 de dezembro de 2000. Esta lei normatizou a preservação do patrimônio construído a nível municipal, apresentando uma série de tabelas, com as edificações separadas por graus de interesse de preservação, à exemplo do que foi feito pelo Inventário do IPAC, além de apontar os caminhos legais a serem tomados para a criação da lei de preservação. A partir deste documento, os tombamentos ficariam a cargo do Conselho Municipal do Patrimônio, criado também naquele momento. Além das fachadas, preocupou-se com a volumetria e os limites de altura (gabarito). No Centro, o PDU limitou o gabarito a três pavimentos ou uma altura máxima da cumeeira da edificação em nove metros. Esta medida visava respeitar a altura dos prédios tombados, bem como a característica do conjunto arquitetônico, onde os antigos sobrados ainda resistentes tinham no máximo dois pavimentos⁷⁰. O fato é que a instituição do tombamento municipal nunca surtiu efeito, nenhuma edificação foi tomada até hoje. Esta foi uma última tentativa de se legislar sobre a preservação do patrimônio urbano, já bastante desconfigurado naquele momento. Revelou-se inócua e controversa, pois propunha níveis de tombamento para as edificações já modificadas, somando-se à inoperância do próprio poder público em garantir a eficácia da Lei Municipal do Patrimônio não conseguiram deter o avanço das demolições e reformas.

Vimos que a década de 1970 foi um momento de reaquecimento da economia e de urbanização das cidades do Recôncavo, fato que influenciou nos gastos com materiais e técnicas construtivas diferentes daquelas dos antigos imóveis do Centro⁷¹. Por questões de conforto, estética ou da necessidade particular de cada um, as alvenarias portantes⁷² e os telhados dos antigos sobrados foram sendo substituídos pelo conjunto alvenaria de bloco cerâmico, estrutura e laje de concreto armado. Até aquele momento (1976), alguns edifícios haviam sido reconstruídos no século XX (cerca de 36, ou 6% do total), mas um número maior já havia sofrido reformas ou de alguma maneira fora transformada. Através do Mapa 6, vê-se que esse movimento foi aleatório, não partiu de um setor específico.

⁶⁹ Lei nº 1353-B/00 – Plano Diretor Urbano. *Jornal Oficial*, Município de Santo Amaro/BA, Ano CXIII da República, Edição extra nº 2450, de maio de 2001.

⁷⁰ Os antigos sobrados possuem pé direito alto, acima dos três metros e meio, de forma que os dois pavimentos, além do telhado, definem aqueles nove metros de altura propostos pelo PDU. Uma edificação construída atualmente com pé direito inferior a três metros, encontra seu limite nos nove metros propostos.

⁷¹ Não consideramos que tenha havido um processo exclusivo de especulação imobiliária, pois não houve a compra sistemática de imóveis para estoque e vendas futuras. Houve sim, casos, como até hoje há terrenos na Praça da Purificação e na Rua Direita sem uso específico, à espera de alguma transação futura. Como bem observou Marengo, no geral, o que aconteceu foi a ampliação dos imóveis feita por familiares no intuito de aferir renda de aluguel das unidades construídas sobre o imóvel original (MARENGO, 2015, p. 276).

⁷² Alvenaria portante, é aquela que sustenta todo o peso da construção.

Os Mapas 7 e 8 trazem um comparativo entre as situações encontradas em 1976 e atualmente, a respeito do gabarito de altura das construções. É interessante porque mede a intensidade das modificações acontecidas nos últimos 40 anos. Em 1976, o perímetro do Centro Histórico era composto majoritariamente por edifícios de um pavimento (492, ou 79% do total), havendo 101 imóveis com dois pavimentos (16%), situados principalmente na Rua Direita (logradouro de importante presença de atividade comercial) e na Praça da Purificação, dois endereços nobres. Havia somente sete exemplares com três pavimentos, sendo que três deles remontavam ao século XIX. Outros 26 imóveis, encontravam-se em obras, desocupados ou em ruínas. Estes dados apontam que, apesar das modificações em curso, em 1976 a volumetria do conjunto arquitetônico ainda estava mantida.

Quando vemos a fotografia atual (Mapa 8), a mudança é abrupta. Se antes os imóveis de um pavimento representavam quase 80% do total, agora são 51%, ou cerca de 319. Aqueles com dois pavimentos passam a 167 (27%) e os de três pavimentos que eram apenas 7 unidades, passam a 102, um crescimento exponencial de 1350% nestes 40 anos. Neste período, também surgiram 28 edificações com quatro ou mais pavimentos (uma delas com cinco!), 4% do total, numa área onde o PDU veta a construção acima de três pavimentos ou acima de 9 metros de altura. É como se mais dois Centros (bairros) tivessem sido construídos sobre ele próprio, sendo a técnica construtiva do concreto armado popularizada entre os mestres de obras e sendo utilizada à exaustão.

A exemplo do que já havíamos visto no Mapa 6, sobre a época das construções, comparando-se os mapas 7 e 8, percebe-se que o avanço das modificações acontece por todo o bairro, mas com um destaque e duas exceções: o avanço das ampliações e reformas sobre o conjunto arquitetônico não se resumiu aos principais logradouros ou aos vetores de expansão da atividade comercial, mas também aos becos e ruas de menor importância. Todo o Centro Histórico sofreu tais alterações. As duas exceções valem para os entornos das igrejas do Amparo (em parte) e do Convento dos Humildes⁷³, que tiveram características construtivas preservadas certamente por questões contratuais, pois os imóveis residenciais pertencem à Paróquia de Nossa Senhora da Purificação.

Por outro lado, a comparação entre os mapas 9 e 10, respectivamente sobre o Uso do Solo em 1976 e em 2019, mostra claramente o avanço das atividades de comércio e de serviços, incluindo as de uso misto, a partir do entorno do Mercado Municipal e da Feira

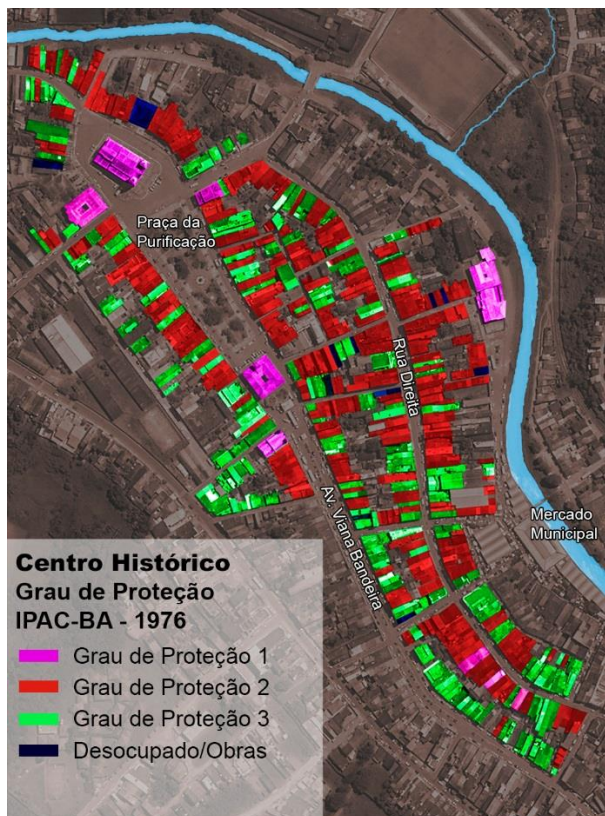
⁷³ A Capela de Nossa Senhora dos Humildes data do final do século XVIII e abriga desde 1980 o Museu do Recolhimento dos Humildes, que guarda um rico acervo de peças sacras do século XIX, tombado pelo IPHAN em 1995. Recentemente o conjunto passou por processo de restauração a cargo do IPAC/BA.

Livre, em direção à Rua Direita e suas transversais. Vale notar que, esgotando-se os imóveis na Rua Direita e nas proximidades do Mercado, as mudanças de uso vão se estendendo também para a Avenida Viana Bandeira, que já foi estritamente residencial. Esta é uma importante artéria de ligação da cidade, onde o fluxo de pedestres e de veículos é constante. É como se as atividades comerciais e de serviços, emanassem uma força que contamina os imóveis vizinhos, avançando e modificando não só a estrutura do antigo imóvel, mas também a sua alma. Observe-se por outro lado que, nos miolos das quadras entre a Praça da Purificação e a Rua Direita, onde a circulação de pessoas é muito menor, houve grande mudança no gabarito construtivo, mas o uso permaneceu o residencial.

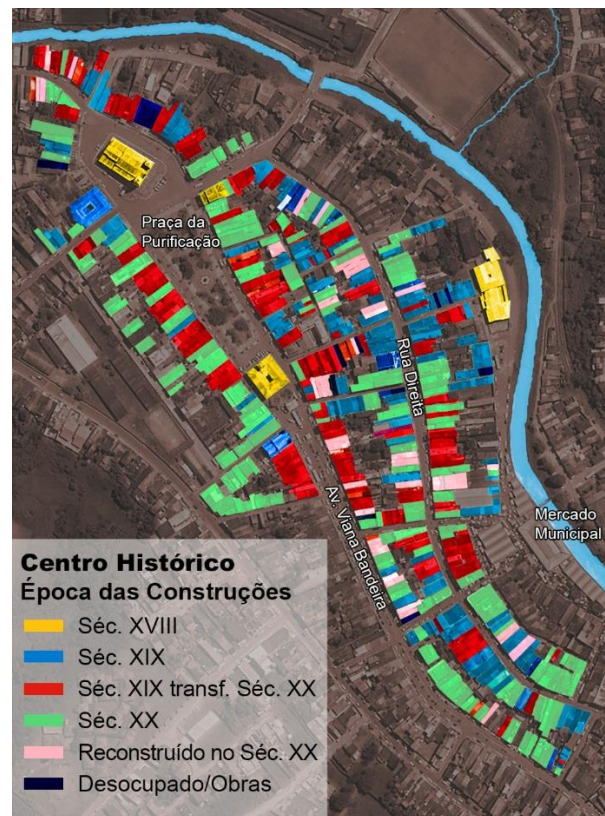
Esse avanço da atividade comercial sobre as antigas residências gera um efeito colateral no uso do espaço urbano: durante o dia, pessoas circulando, carros, movimento, alto nível de urbanidade derivado do contato frequente entre os cidadãos. Após o horário do expediente, com as lojas fechadas, as ruas desertas se tornam perigosas para o livre caminhar, tornando árida a região, o que é agravado pela iluminação pública deficitária dos logradouros. O sentimento de abandono noturno é reforçado na Avenida Presidente Vargas, que margeia o Subaé e demarca uma faixa de transição de uma parte da cidade à outra. Esse limite que é físico, por conta do rio, durante a noite se torna também sensitivo, devido à penumbra sobre o leito fluvial, reforçando a ideia de lugar nada amistoso.

Os imóveis da margem do rio, em sua maioria casas comerciais, caracterizam-se por um aspecto de degradação e abandono. Não lembram os antigos sobrados de décadas passadas, como vimos na figura 3. Há exceções no tratamento do visual da fachada, como, algumas casas locais e as lojas de redes nacionais ou regionais que têm layouts próprios⁷⁴. No geral, mostra-se como uma área desvalorizada, apesar de intervenções do poder público na infraestrutura local. O fato é que uma área com diversas referências históricas e culturais, com um potencial ambiental fantástico, resta bastante degradada, adormecida e subaproveitada no período noturno, à espera de uma nova dinâmica de investimentos públicos e privados. Ou talvez a cidade não tenha fôlego para manter aquela região ativa também no período noturno, muito mais do que uma questão de uso.

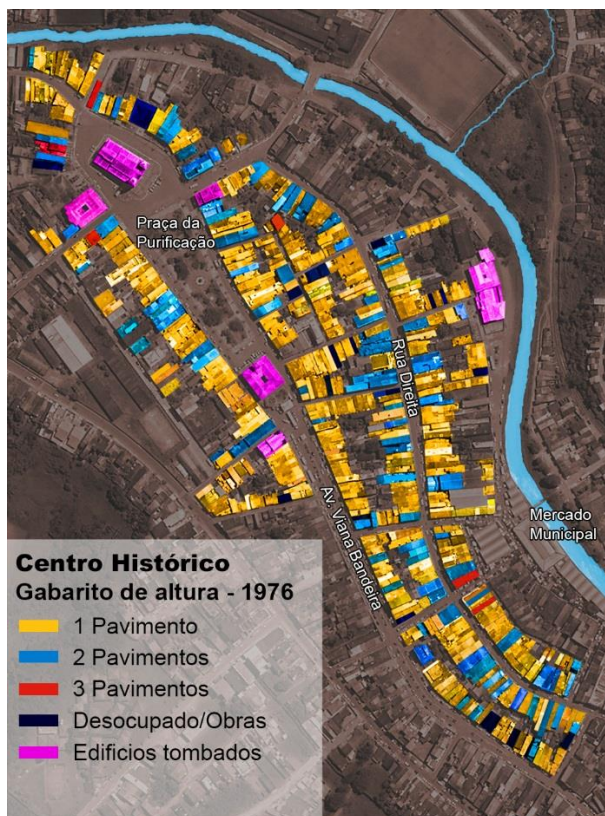
⁷⁴ Dentre as lojas de redes nacionais, têm-se a Le Biscuit,, Lojas Americanas, Magazine Luiza, Casas Bahia e Ricardo Eletro. Entre as regionais, as Lojas Guaibim.



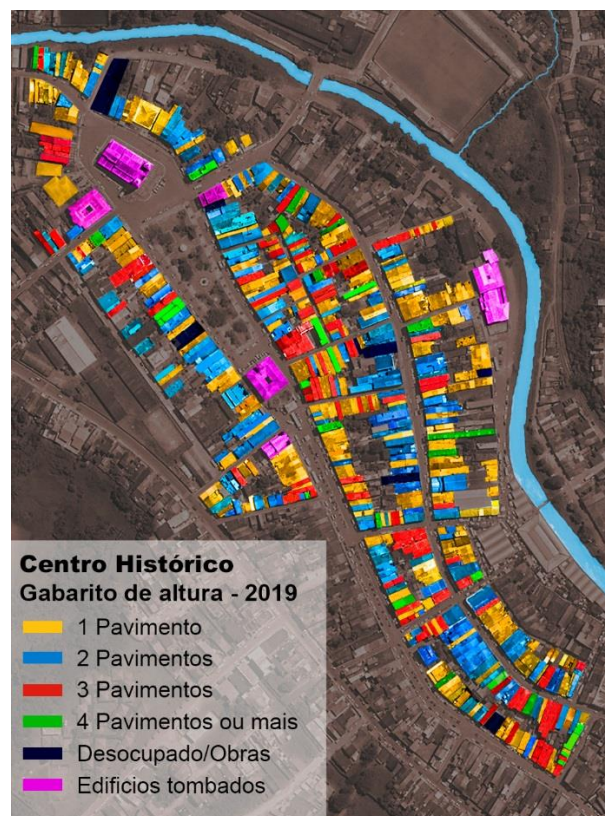
Mapa 5: Grau de Proteção Inventário/IPAC 1976 – Cidade de Santo Amaro Fonte: Inventário IPAC/BA.



Mapa 6: Época das Construções Inventário/IPAC 1976 – Cidade de Santo Amaro Fonte: Inventário IPAC/BA.



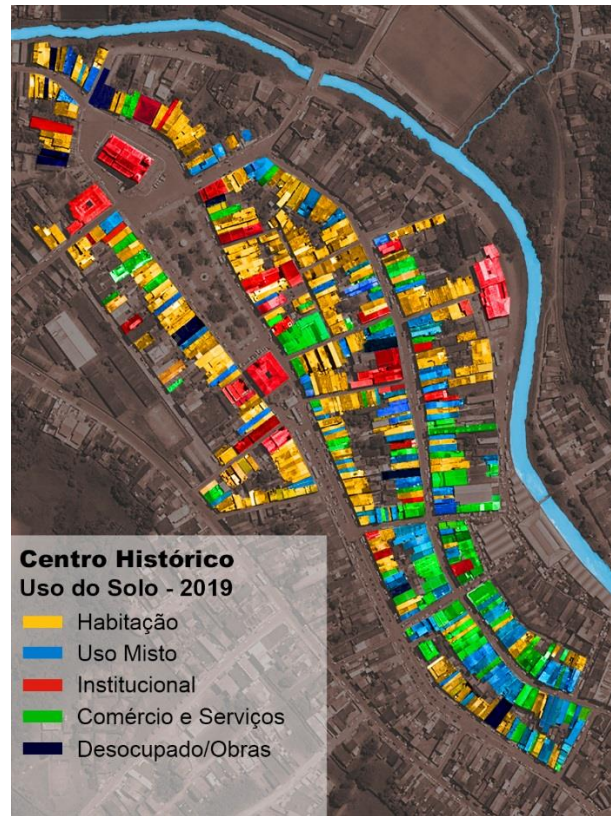
Mapa 7: Gabarito de Altura 1976 – Cidade de Santo Amaro Fonte: Inventário IPAC/BA.



Mapa 8: Gabarito de Altura 2019 – Cidade de Santo Amaro Fonte: próprio autor.



Mapa 9: Uso do Solo 1976 – Cidade de Santo Amaro
 Fonte: Inventário IPAC/BA.



Mapa 10: Gabarito de Altura 2019 – Cidade de Santo Amaro
 Fonte: próprio autor.



Acima, Rua Conselheiro Paranhos, Fig. 7 (década de 1970, autor desconhecido) e Fig. 8 (2019, acervo do Autor). No centro, Rua Conselheiro Saraiva, Fig. 9 (década de 1970, autor desconhecido) e Fig. 10 (2019, acervo do Autor). Abaixo, Rua Cipriano Betâmio, Fig. 11 (data e autor desconhecidos) e Fig. 12 (2019, acervo do Autor). Nos três exemplos acima, comparativos do antes e depois, mostrando como se deu o avanço sobre as arquiteturas menores do Centro Histórico de Santo Amaro. As setas vermelhas indicam os mesmos imóveis nas fotos comparadas.



Fig. 13, Praça da Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Humildes. **Fig. 14,** Rua dos Humildes (2019, acervo do Autor). Este é um dos únicos locais do Centro Histórico onde a ambiência construtiva foi respeitada, muito provavelmente devido à posse dos imóveis ainda estar ligada à Paróquia de Nossa Senhora da Purificação. Observe-se que a relação de escala entre as arquiteturas menores e a maior, edificações residenciais e a Igreja/Convento, permitem ao monumento ressair-se como principal elemento do conjunto urbano.



Fig. 15, Avenida Viana Bandeira. **Fig. 16,** Rua José Silveira (2019, acervo do Autor). Na imagem da esquerda (15), a Casa de Câmara e a Igreja do Amparo são seguidas por um conjunto de habitações de um pavimento, a exemplo da ambiência encontrada no entorno da Igreja e Convento dos Humildes (exemplo anterior). Porém, a sequência é quebrada pelas construções de três pavimentos. Na figura 16, a Casa de Câmara, ao fundo, perde visibilidade diante das construções de três ou quatro pavimentos. Observar no primeiro plano, à direita, um exemplar de edificação que mantém as características da ambiência de décadas atrás.



Fig. 17, Rua do Amparo. **Fig. 18**, Rua do Patriotismo (2019, acervo do Autor). Duas travessas do “miolo” do Centro Histórico de Santo Amaro entre as Rua Conselheiro Paranhos e a Avenida Viana Bandeira. Na primeira figura, a ambiência antiga das casas com um pavimento, telhados em duas águas e telhas cerâmicas ainda é preservada, ao passo que, na figura 18, praticamente mais duas quadras se sobrepuseram à primeira, mantendo-se a predominância do uso residencial, como foi possível verificar nas análises dos mapas comparativos sobre o Número de Pavimentos e de Uso e Ocupação do Solo.



Fig. 19, Avenida Presidente Vargas (data e autor desconhecidos). **Fig. 20**, Avenida Presidente Vargas (2019, acervo do Autor). As fotografias não foram tiradas a partir do mesmo local, mas servem para exemplificar dois momentos bem distintos. Pela figura 19 é possível dizer que a unidade construtiva das edificações desta avenida a colocava em pé de igualdade com as ruas do Centro de Santo Amaro. Sobrados imponentes, com várias portas e dois pavimentos, demonstrando serem casas comerciais promissoras da época. Nesta foto, aquela ideia da arquitetura menor como força do conjunto urbano, torna-se muito mais representativa pela presença do Rio Subaé, da própria canoa, enquanto forma de transporte e que reforça uma das funções do rio. O rio é o próprio monumento. A figura 20 fala por si só. Impressiona como tal área da cidade se degradou. A imagem das barracas da feira de roupas, lonas pretas sobre estrutura mambembe de ferro, têm a ver com tal ar de degradação?



Fig. 21. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, após obras de restauração concluídas em outubro de 2019. Do lado esquerdo, o prédio da Santa Casa de Misericórdia, construído no final do século XVIII. (Foto de novembro de 2019. Acervo do Autor).



Fig. 22. Casa de Câmara, sob obras de restauração. (Foto de novembro de 2019. Acervo do Autor).



Fig. 23. Sobrado na Praça da Purificação. Este sobrado abrigou o antigo Fórum Municipal, além de outras repartições públicas. Foi doado pela prefeitura à Academia de Letras de Santo Amaro, mas sem uso ou recursos para manutenção caiu em estado crítico de conservação. Na proposta de restauração decidiu-se que, além da Academia de Letras, o edifício também abrigaria o Arquivo Público e a Biblioteca municipais. Mais ao fundo, com um lanternim no último pavimento, o Solar Araújo Pinho, prédio do início do século XIX que tem um alto valor arquitetônico e histórico. Nele foi realizada a sessão da Câmara de Vereadores de 14 de junho de 1822, que acendeu as chamas do processo da Independência do Brasil no Recôncavo Baiano. (Foto de novembro de 2019. Acervo do Autor).

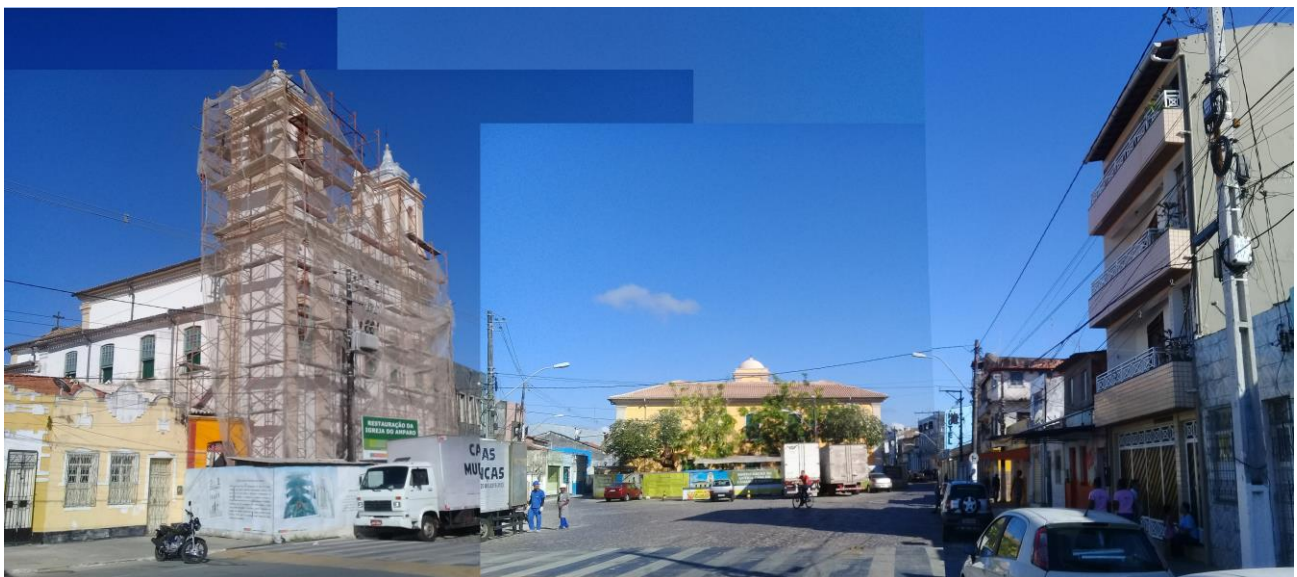


Fig. 24. À esquerda, a Igreja do Amparo, e, ao fundo, a fachada posterior da Casa de Câmara, ambas sob obras de restauração a cargo do IPHAN. Tanto nesta imagem quanto na anterior, a opção pela preservação pontual do patrimônio construído revela seus efeitos. Monumentos que atravessam séculos envoltos por construções que se transformam ao longo do tempo, conforme os ditames da moda, dos seus proprietários, ou sem qualquer parâmetro de intervenção. (Foto de novembro de 2019. Acervo do Autor).

4. A Feira Livre e suas relações sociais

O Mercado e a Feira Livre, por serem lugares de labor, tornam-se específicos para os trabalhadores, afinal de contas muitos deles passam mais tempo ali do que nos bairros onde residem. Ou seja, estes espaços são praticamente uma extensão da própria residência. Ao mesmo tempo, é, também, um lugar de compras ou de lazer para os moradores tanto do bairro do Centro, como dos demais bairros da cidade e das regiões circunvizinhas. Para outros tantos, nada mais é do que um lugar de passagem.

Por esta complexidade, constroem-se uma série de relações que vão para além do habitar e do caminhar pela cidade; ou, como se trata de uma área onde se desenvolvem atividades de comércio e de serviços, do comprar e vender. Comerciantes e comerciários, feirantes, moto taxistas, outras classes de trabalhadores, turistas, consumidores, desocupados, funcionários públicos, pessoas de diversas origens e classes sociais. São diversas realidades que escapam dos seus moldes diários, cada qual em seus níveis socioeconômicos ou de experiências culturais, mas que se expõem naquele espaço de ebulição social e constroem diariamente a vida da Feira e do Centro.

Michel de Certeau, filósofo e sociólogo francês, viu no ato de caminhar nas cidades um processo de construção (e desconstrução) do espaço urbano, onde as motricidades dos pedestres engendram processos do dia a dia, conotando espécies de operações linguísticas com todas as suas metáforas e demais figuras de linguagem.

O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (*o speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos. Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e a assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores.⁷⁵

A cidade, se seguirmos os passos deste filósofo, pode ser entendida como um texto. Este texto, metaforicamente, pode ir de um soneto clássico, de estrutura previsível, até uma surreal experiência de entradas e saídas desconexas, para se deparar em um mirante de calmaria ou num largo onde se tocam atabaques disrítmicos ou, ainda, onde as pessoas mantêm hábitos de décadas, talvez séculos passados. Mais, a cidade como um texto pode ser lida em voz alta ou simplesmente ser vivida, o leitor imiscuindo-se nas suas entrelinhas e

⁷⁵De CERTEAU, 1998, p. 177.

perdendo-se dentro delas. O próprio Centro Histórico, como apresentamos aqui, pode ser entendido como um texto que se desdobra em outro ainda maior: a cidade. Assim, o Centro não é apenas um capítulo, é uma parte que se refaz e está em construção dentro dele próprio, dada a sua dinâmica urbana. Ou, ainda, é um texto que se apaga quando o lugar perde seu sentido, suas funções, seus moradores. E, mesmo que deixe de existir, o quadro estará lá, pronto para ser reescrito de alguma maneira.

No caso de Santo Amaro, é possível que o Centro Histórico seja a alma da cidade, portanto, ousadamente, podemos dizer que é, também, o próprio texto. E a Feira Livre é um outro texto em constante escrita, um palimpsesto literal, dentro daqueles dois anteriores. O fato de depender da temperatura econômica da cidade ou região, ou de ter ritmos distintos de funcionamento durante o dia e à noite, impacta no funcionamento do Centro e da cidade, inclusive. É como se a profusão de palavras e de achados de um diálogo (diurno) desse lugar à indefinição lúgubre das reticências (noturno), para se acender no diálogo seguinte com novas falas, novas palavras e ideias representadas pelos atores diversos que passam por ali todos os dias.

O conceito de urbanidade está imbricado nesta porosidade do ir e vir. Quanto mais complexas e intensas forem tais relações e quanto mais o meio espacial as prover, maior será o nível de urbanidade naquele lugar⁷⁶.

O oposto também é verdadeiro e se aplica ao nosso caso, pois a própria área da Feira carece de urbanidade no período noturno, quando o lugar se torna sombrio e sem uso; ou regiões do Centro pouco irrigadas pelas atividades ali desenvolvidas diariamente, estando, mesmo que dentro, à margem delas. Citamos ainda, como exemplo, toda a faixa que abrange a linha férrea, paralela à área ocupada pela Feira, um exemplo claro de “espaço de exceção”, árido, mal aproveitado e excludente, que leva aos mais baixos níveis de urbanidade ou de convívio social.

O Centro tem características que o diferem dos demais bairros da cidade, tais quais a história, a morfologia, a tipologia construtiva ou os seus moradores. Porém, singular é o fato de que a atividade comercial lhe traz diariamente centenas de pessoas, criando contradições entre o morador que tem uma relação íntima com o Centro e o visitante que está ali de passagem.

⁷⁶ HOLANDA, 2018, p. 120. O autor define dois paradigmas sócio espaciais que se repetem ao longo da história da produção arquitetônica e urbanística, como apoio à sua teoria da sintaxe espacial: o paradigma da formalidade x paradigma da urbanidade. Enquanto no primeiro predomina, entre outros aspectos, os espaços excludentes, as relações sociais hierarquizadas e delimitadas, espaços públicos monumentais, mas pouco aproveitados e com baixa frequência social, no paradigma da urbanidade predomina-se o oposto a tudo isso.

Essa noção de bairro e das relações entre o público e o privado, bem como as regras de convivências estabelecidas coletivamente ao longo do tempo, foram objeto de estudo de Pierre Mayol, que contribuiu com Certeau em seu segundo volume de *A Invenção do Cotidiano*⁷⁷, no estudo sobre o “Morar”. Mayol considerou que “a prática do bairro é uma convenção coletiva tácita”⁷⁸, onde códigos sociais são escritos como conveniências aceitas e praticadas acima das individualidades de cada usuário. Em outra medida, o antropólogo Roberto da Mata⁷⁹ apontou as contradições da sociedade brasileira na apropriação do espaço privado (a casa) e dos espaços públicos (a rua), e das relações sociais vividas em ambos.

Em tempos de dificuldade econômica e nível elevado da taxa de desemprego, a disputa é feroz no mercado informal por fregueses e por oportunidades de vendas de mercadorias. Desde o acesso às boas mercadorias até a possibilidade de estar acomodado no melhor ponto de venda que, neste último caso, pode passar por um bom relacionamento com prepostos do poder público. Esta dependência é uma situação que foge aos padrões da ética social e do exercício da cidadania, pois avança sobre os direitos de terceiros, ao mesmo tempo que se revela como uma prática pela qual se criam vínculos que durarão o tempo de um mandato político eletivo (quatro anos) ou para toda uma vida, uma espécie de dívida da política.

Sob esta lógica, a relação desta política de apropriação do espaço não precisa ser restrita a um feirante e o mandatário principal da cidade. Pode ser o exercício da política em meio a outras relações da burocracia estatal, tal como um secretário municipal ou mesmo com um mero fiscal que faz vistas grossas frente a determinadas situações. Como diz Jacques T. Godbout, “a dívida deliberadamente mantida é uma tendência da dívida”⁸⁰, de forma que é uma relação que tende a perdurar por muito tempo, para o bem ou para o mal. Um feirante que foi colocado num ponto de venda melhor situado deverá tal favor até quando perdurar a influência do fiscal municipal ou do prefeito. Ao ponto que, findo o mandato, o feirante poderá estar livre de tal dívida ou mantê-la, por gratidão, pelo resto da sua vida. Ou contrairá nova dívida com o mandatário seguinte. Lembrando que ele pode ter pago parte da dívida com o seu apoio político e o da sua família.

Os feirantes estão ali, prioritariamente, em função da troca mercantil, a mais lucrativa possível, pois é dali que virá o seu sustento, sua prosperidade financeira ou comercial. Contudo, não é a única razão. A feira pode ser entendida como um fenômeno social efêmero,

⁷⁷ DOSSE, 2009, p. 9.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ MATTA, 1997.

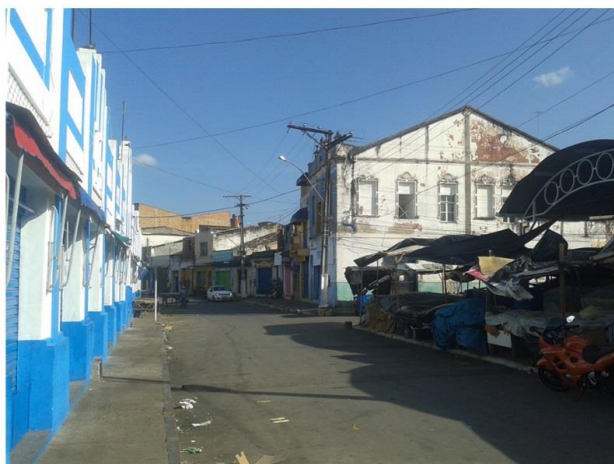
⁸⁰ GODBOUT, 1997. Dívida, entendida como “algo que circula em prol do ou em nome do laço social”.

mas de repetição. Neste sentido, é natural que feirantes e consumidores criem relações que vão muito além da troca comercial ou da venda de mercadorias. Ao se criar vínculos de amizade, é natural que eles experimentem mais do que uma relação puramente mercantil. É diferente da relação de compra entre um consumidor e um vendedor de uma loja de departamentos ou de um restaurante popular onde os preços são tabelados. Na feira, o comerciante é senhor do seu produto, dos seus preços e das suas relações de trocas. Um consumidor casual poderá comprar um produto de qualidade duvidosa por um preço além do normal, ao passo que um freguês assíduo e amigo, de todas as semanas, poderá levar um produto da melhor qualidade, escolhido a dedo e por um preço aquém daquilo que realmente vale. A isto, some-se a “quebra”, gíria popular para aquela quantidade a mais do que é realmente pago na transação comercial.

Tais relações de amizade poderão ter origem num favor prestado, ou simplesmente numa relação afetiva de amizade construída ao longo de anos. Numa cidade do interior como Santo Amaro, e sendo muitos dos feirantes originários de áreas rurais do município, onde a dificuldade de acesso aos diversos tipos de serviços públicos são notórias, é comum um vínculo de amizade com uma pessoa que mora na cidade possibilitar ao feirante um atendimento hospitalar ou uma consulta médica, por exemplo. Para aqueles das classes populares, muitas vezes expropriados da experiência com a cidadania e que não tem ideia da obrigação do poder público em lhes atender, um favor deste tipo se revela como uma dívida impagável, a qual a pessoa carregará consigo para o resto da vida, e que não é entendida a partir de uma forma negativa, mas como uma relação de gratidão.

Entre feirantes também pode haver relações de dádiva. Sabemos que a definição dos pontos de venda é feita pelo poder público, então diariamente os comerciantes se avizinham e podem criar um vínculo de confiança que transpõe a concorrência entre eles, ao ponto de, tendo um deles que se ausentar momentaneamente por alguma razão do seu local de trabalho, deixar os seus produtos e a responsabilidade da venda com o feirante vizinho (e concorrente!).

Fomentar as relações sociais, criando-se vínculos entre cidadãos e entre eles próprios e o lugar, é também uma forma de galvanizar a Feira Livre enquanto fenômeno urbano presente no Centro Histórico de Santo Amaro. É uma outra faceta da Feira, que dá um sentido especial à existência da própria cidade de Santo Amaro.



Aspectos da Feira Livre. Acima, à esquerda, **Fig. 20**, e ao lado, **Fig. 21**. Abaixo, a partir da esquerda, **Fig. 22** e **Fig. 23**. (2019, Acervo do Autor). A profusão de formas e cores de uma Feira Livre é marcante. A de Santo Amaro, de maneira espontânea, sem alguma definição plástica vinda do poder público ou da academia, prima por estas características. O contraste entre as Figuras 22 e 23 é de uma força tremenda porque fala de conflitos e relações sociais, de urbanidade, fala de gente. Com gente e sem gente. A arquitetura é feita para gente. A cidade também.

4 – Considerações finais

Não resta dúvidas de que a atividade comercial no Centro Histórico de Santo Amaro, ao longo das últimas quatro décadas, tendo como símbolos maiores a Feira Livre e o Mercado Municipal, teve e continua tendo papel predominante na mudança de uso das edificações e na, já quase completa, desfiguração do seu antigo conjunto arquitetônico.

Vimos que a falta de políticas públicas efetivas voltadas para a preservação do patrimônio urbano construído, aliada à expansão da atividade da construção civil promoveram uma verdadeira refundação do Centro Histórico, resultando num padrão estético nada admirado, ficando de pé apenas os principais monumentos e um ou outro exemplar de menor importância mantido por instituições ou famílias que enxergam valor naqueles bens. Aquela ideia da arquitetura menor a ser preservada, da cidade histórica constituída em si como um monumento, em Santo Amaro foi posta por terra. Mas se a cidade é um ser vivo, com suas dinâmicas cotidianas, representadas nos interesses particulares ou nas diversas formas de especulação, então ela “tende mais à evolução do que à conservação e que na evolução os monumentos se conservam e representam fatos propulsores do próprio desenvolvimento”⁸¹. O problema é que esta “evolução” não se deu da melhor forma e hoje é possível até dizer que, infelizmente, à exceção das igrejas, da Casa de Câmara, Santa Casa e alguns sobrados, pouco há o que se preservar.

Mas não é só o Centro Histórico que foi maltratado. O Rio Subaé, uma verdadeira testemunha histórica e importante elemento ambiental da cidade de Santo Amaro, tem sido relegado a segundo plano desde sempre. A Feira, o Mercado e o Centro lhe dão as costas. Os feirantes jogam lixo no seu leito. As indústrias por décadas o contaminaram. É impossível pensar em preservação do patrimônio urbano sem pensar em purificar o seu principal patrimônio ambiental. Fazer o Rio Subaé ser notado, educando os usuários da Feira, abrindo as paredes do Mercado para o Rio, arrancando os muros cegos da sua borda, já serão grandes passos iniciais.

Se por um lado a cidade histórica maltrata o seu rio e perdeu um conjunto arquitetônico outrora homogêneo e gracioso, por outro ganhou uma Feira Livre das mais movimentadas e dinâmicas do interior do Estado da Bahia, certamente a maior do Recôncavo. É, sem dúvidas, um fenômeno urbano de rua singular, reunindo pessoas de diversas cidades num convívio social da mais alta urbanidade, em meio a uma ambiência urbana e ambiental definida. Como uma grande e antiga feira do interior da Bahia, repete-se

⁸¹ ROSSI, 1995, p. 57.

ininterruptamente há mais de um século; é referência de vida e de labor para centenas de pessoas e, mais ainda, para tantas gerações que por ali passaram. Trata-se de uma atividade popular, efêmera e sem a definição de políticas públicas que visem o seu fortalecimento, através da promoção social e econômica dos seus principais atores – os feirantes. Diante de todos esses elementos, consideramos que a Feira Livre de Santo Amaro deva ser candidata a registro enquanto patrimônio cultural, seja nas esferas estadual e/ou nacional.

A história da Feira e do Mercado de Santo Amaro tem sido feita de tentativas, com acertos e erros. Até hoje, quase cento e trinta anos depois, o problema originário da quentura no interior da edificação do Mercado se repete. Continuam sendo necessárias políticas de higiene que orientem os feirantes no trato com os alimentos. É a história daquilo que tinha tudo para dar errado, mas permanece e segue, criando possibilidades, ora boas, ora nem tanto. Feira e Mercado dão certo, pelo mesmo motivo que uma cidade encrustada no meio do nada, também dá: é pela necessidade de quem vai ali, mora ali, de quem trabalha, vende e compra, vive daquilo. É pela necessidade.

Referências

- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – Monumentos e Sítios do Recôncavo, Parte I. Volume 2. Coordenador: Paulo Ormino David de Azevedo. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1978.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia (1855-1856)*. Salvador, 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- De CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DOSSE, François. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *Uberlândia: ArtCultura*, v. 15, n. 27, p. 85-96, jul/dez. 2013.
- FRAGA FILHO, Walter. *Na Encruzilhada da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870 – 1910)*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- GODBOUT, J.D. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13, Nº 38. São Paulo: ANPOCS/USP, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOLANDA, Frederico de. *O Espaço de Exceção*. 2ª Edição. Brasília: FRBH, 2018.
- IPHAN. *Instrução Registro Bembé do Mercado*. Brasília, 2019.
- LEAL, Herundino Costa. *Vida e Passado de Santo Amaro*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.
- MATTA, Roberto da. *A Casa & a Rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MARENCO, Shanti Nitya. *Santo Amaro – BA. Um lugar de muitos lugares*. Salvador, 2015
- RUA, J., MARAFON, G., DA SILVA, A. (Org.), *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- PAIM, Zilda. *Isto é Santo Amaro*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1951.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. *Memória Histórico-Geográfico de Santo Amaro*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1977.
- PORTUGAL, Jorge. *Por que o Subaé não molha o mapa*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2017.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial, 1959.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. AMARAL, Braz do. Memórias históricas e políticas da província da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. Política de abastecimento e economia mercantil: celeiro público da Bahia (1785-1866). Salvador, 2011. 246 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

REIS, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720. São Paulo: Editora Pini, 2000.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Tradução: Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Abreviaturas

APMSA – Arquivo Público Municipal de Santo Amaro

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

BTS – Baía de Todos os Santos

CDSA – Centro de Documentação de Santo Amaro

CBO – Código Brasileiro de Ocupações

COBRAC – Companhia Brasileira de Chumbo

FBN – Fundação Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IPAC/BA – Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PDU – Plano Diretor Urbano

RLAN – Refinaria Landulpho Alves

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Periódicos raros consultados – cidade de origem (locais de consulta)

Correio do Brazil – Salvador/BA (FBN)

Diário Oficial do Município (BPEB e APMSA)

Jornal A Paz – Santo Amaro/BA (BPEB)

Jornal A Tesoura – Santo Amaro/BA (IGHB)

Jornal Echo Santamarense – Santo Amaro/BA (IGHB e BPEB)

Jornal O Combate – Santo Amaro/BA (IGHB)

Jornal O Município – Santo Amaro/BA (BPEB)

Relatórios dos Intendentes Municipais (CDSA)